

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

EDUCAÇÃO
E ASSOCIATIVISMO
– Para além da escola..

CNE
CNEJ

**EDUCAÇÃO
E ASSOCIATIVISMO**
– Para além da escola...



Educação e Associativismo – Para além da escola...

(Relato de um Seminário realizado em 13 de Novembro de 1999)

Seminário Educação e Associativismo – Para além da escola..., Lisboa, 1999

Educação e Associativismo – Para além da escola...:
[actas]/Seminário Educação e Associativismo...;
[org.] Conselho Nacional de Educação. – (Seminários e Colóquios)

ISBN 972-8360-12-6

I — Portugal. Conselho Nacional de Educação

CDU 371.83

© Edição do Conselho Nacional de Educação
Ministério da Educação

Tiragem: 500 exemplares

1.^a Edição: Março de 2001

N.º Depósito Legal: 162 821/01

ISBN: 972-8360-12-6

Capa: Editorial do Ministério da Educação sobre um desenho original de B2,
Atelier de Design

Arranjo gráfico: Editorial do Ministério da Educação

Execução Gráfica: Editorial do Ministério da Educação

ÍNDICE

- 7 Nota Prévia**
- 11 Programa**
- 15 Introdução**

- 21 SESSÃO DE ABERTURA**
- 27 SESSÃO PLENÁRIA “A Educação que Temos”**
- 59 SESSÃO PLENÁRIA “O Papel Educativo das Organizações de Juventude”**
- 71 SESSÃO DE ENCERRAMENTO**
- 79 Educação não formal**
Boas práticas

Nota Prévía

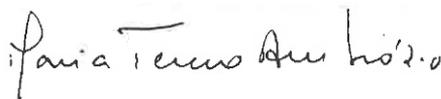
Em parceria com o Conselho Nacional de Juventude, publicam-se neste volume as comunicações e os debates decorrentes do Seminário “Educação e Associativismo – para além da escola...”, realizado em Lisboa, em 13 de Novembro de 1999.

Este Seminário reflecte a capacidade de organização, mobilização e de debate informado das Associações de Juventude representadas pelo Conselho Nacional de Juventude e dos seus convidados, e demonstra as potencialidades de participação activa e democrática dos jovens também na reflexão sobre os problemas actuais da Educação e Formação, e da sua resolução numa perspectiva do Futuro e do Desenvolvimento.

Aos Conselheiros Jorge Barreto Xavier, Paulo Afonso e Ana Rita Varela, bem como a Vanessa Silva, do CNJ, é devido um agradecimento especial pela procura do empenhamento do Conselho Nacional Educação na realização desta iniciativa.

Agradecemos, ainda, à Câmara Municipal de Lisboa, o apoio dado à realização deste Seminário.

A Presidente do Conselho Nacional de Educação,



Prof. Doutora Teresa Ambrósio

Programa

PROGRAMA

13 de Novembro de 1999

09h30 - Recepção dos Participantes

09h45 - Sessão de Abertura presidida pela Coordenadora da Comissão de Educação e representante do CNJ no Conselho Nacional de Educação, Ana Rita Varela

- Eng. António Abreu – Vereador do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa
- Vanessa Silva – Membro da Direcção do Conselho Nacional de Juventude

10h15 - Sessão Plenária “**A Educação que Temos**”

- Vanessa Silva – Membro da Direcção do Conselho Nacional de Juventude
- Professora Dr^a Maria Teresa Ambrósio - Presidente do Conselho Nacional de Educação
- Professor Dr. Joaquim Coimbra - Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

12h00 - Pausa

12h15 - Início dos Grupos de Trabalho:

- **Papel do Associativismo na Educação para a participação**
- **Sistema Educativo e a sua relação com os outros agentes educativos**
- **Processos Não Formais de Educação**

13h15 - Pausa para Almoço

14h45 - Continuação dos Trabalhos

16h30 - Sessão Plenária **“O Papel Educativo das Organizações de Juventude”** - apresentação da discussão nos grupos de trabalho Comentador: Jorge Barreto Xavier – Representante do CNJ no Conselho Nacional de Educação

18h00 - Sessão de Encerramento

Joana Silva – Presidente da Mesa da Assembleia Geral do CNJ

Pedro Dias – Presidente da Direcção do CNJ

Paulo Afonso – Membro da Comissão de Educação do CNJ

Introdução

A Educação que Temos

A Educação é um vector fundamental para o desenvolvimento pessoal e social de cada indivíduo, tendo simultaneamente um papel essencial no desenvolvimento e progresso da sociedade.

A Educação é, não só um instrumento para a aquisição dos conhecimentos necessários para que cada ser humano possa exercer uma profissão, como muitos parecem pensar, mas é também e fundamentalmente uma forma de aquisição das valências e características que nos permitem viver em sociedade, comunicar ideais e valores e intervir nesta sociedade.

Este caminho terá de ter em conta a necessária formação integral de cada indivíduo e contará com a participação activa dos outros agentes educativos.

Afinal, numa sociedade em permanente evolução e mudança, a Educação terá de assumir cada vez mais a sua função social, a formação terá de ser contínua e permitir que cada um possa desenvolver a sua autonomia e espírito crítico, de modo a responder aos desafios que se nos colocam.

A Escola que hoje temos tem ainda um longo caminho a percorrer. Afinal, subsistem elevadas taxas de abandono e insucesso escolar, a escolaridade obrigatória está muito longe de atingir os 100% de escolarização e permanece a baixa frequência nos Ensinos Secundário e Superior.

Certamente que todos nós já pensámos nas mais valias por cada um de nós adquiridas através da participação em associações ou grupos informais. A transmissão e a construção de valores conjuntos contribuem de forma inegável para a nossa formação pessoal.

Assim, e tendo em conta que, ao longo da vida, fazemos parte de vários processos de educação formal e não formal, o Conselho Nacional de Juventude partiu para este Seminário com os objectivos de constatar a importância do Movimento Juvenil na formação dos jovens,

problematizar conceitos e reconhecer a complementaridade das várias “Educações”, a Educação Formal e a Educação Não Formal.

Este diálogo, entre agentes educativos, poderá contribuir para a democratização do acesso à Educação Formal e para o Sucesso Educativo dos Jovens. Urge pois o reconhecimento político das Organizações Juvenis enquanto agentes educativos.

O Papel do Associativismo na Educação para a Participação

O Associativismo Juvenil é um importante espaço de aprendizagem, constituindo-se como um estímulo à participação dos jovens. Através dele, os jovens têm oportunidade de aprofundar relações, conhecimentos e vivências, contribuindo, assim, de forma comum e plural, numa dimensão socio-cultural e socio-educativa, para a progressiva melhoria da sociedade.

O movimento associativo juvenil constitui-se, assim, como um importante parceiro social a considerar na definição de políticas de juventude; através da sua experiência e conhecimento associativos, os jovens podem dar uma mais valia importante na co-definição das mesmas, dinamizando activamente o sistema democrático.

O associativismo representa, assim, um pilar fundamental para o aprofundamento da democracia, não só pela partilha de valores, como pelas características positivas do saber-fazer, do espírito crítico e da capacidade de comunicação adquirida.

O Sistema Educativo e a sua relação com os outros Agentes Educativos

Numa sociedade como a de hoje, constantemente em mudança, a noção de Educação não pode ter lugar num espaço e tempo determinados. Cada

vez mais cada indivíduo terá de aprender ao longo de toda a sua vida e também através de diversos espaços, para além da escola. Assim, outras instituições, nomeadamente as Organizações Juvenis, têm um importante papel a desempenhar, ao longo de todo o processo educativo.

Entendemos que, do Sistema Educativo actualmente considerado, devem fazer parte diferentes instituições, para além daquelas tradicionalmente reconhecidas pelo Estado (os estabelecimentos de Ensino Básico, Secundário e Superior). Assim, quando dizemos o "Sistema Educativo e a sua relação com os outros Agentes Educativos", queremos falar da forma como o Sistema Formal se relaciona, ou deve relacionar, com diferentes organizações e entidades, também elas agentes de educação.

É necessário esclarecer que entidades são estas que consideramos da mesma forma agentes educativos — Os grupos de amigos? A família? Os meios de comunicação social? As diferentes organizações de cidadãos? As Associações de Juventude? Outros grupos informais? ...

Consideramos vital a cooperação entre o Sistema Formal e os outros Agentes Educativos, quer na partilha de métodos de trabalho, quer em acções conjuntas, quer trabalhando de formas diferentes e em espaços diferentes, mas sempre com o objectivo de contribuir para a formação integral de cada cidadão. A título de exemplo, afirmamos que a par da aprendizagem que se faz na sala de aula da escola, ou nos anfiteatros da faculdade, estão com certeza as valências adquiridas pela vivência de um trabalho numa associação.

Concretamente, no plano que mais nos compete falar, o das Organizações Juvenis, é fundamental que estas pensem no seu papel e se assumam enquanto Agentes Educativos. Neste contexto, destacamos que é importante perceber que relação de parceria estas podem, e devem, estabelecer com o Sistema Formal de Educação.

Processos Não Formais de Educação

Falar de Educação Formal é falar de Sistema Educativo, dos mecanismos, das estruturas, dos processos educativos associados a uma estrutura institucional.

Os processos não formais de educação são todos os que, fora da Escola, com ou sem relação com a Escola, promovem educação.

Nestes termos, a educação promovida pela família, é acto educativo não formal. O processo educativo em meio familiar é reconhecido como tal. Mas há outras formas não formais de educar que exigem explicitação. No fundo, trata-se do retorno à noção de um conceito educativo global (Paideia), não espartilhado pela noção de que educar é educar publicamente, em sistemas oficiais. O reconhecimento contemporâneo dos processos educativos não formais relevam o óbvio - educa-se em todas as instâncias da sociedade. Onde há relação social, há processo educativo.

A sociedade contemporânea ocidental, na senda da experimentação e do positivismo, continua a sentir necessidade de tudo certificar, tudo padronizar, tudo publicizar - só o que é publicamente reconhecido vale. Nesses termos, só o que é publicamente reconhecido adquire estatuto com direito a nome.

As associações são meios naturais de desenvolvimento de processos educativos não formais. Mas, enquanto isso não for publicamente reconhecido, esse nome - agentes educativos - não pode ser dito.

Este grupo de trabalho procura reflectir sobre os diversos tipos de educação não formal, a sua importância e os critérios do seu reconhecimento, tendo como pano de fundo a valorização do papel educativo do associativismo juvenil.

SESSÃO DE ABERTURA

Ana Rita Varela

Coube-me a mim, enquanto representante do Movimento Católico de Estudantes no Conselho Nacional de Juventude, coordenadora da Comissão de Educação e representante do Conselho Nacional de Juventude no Conselho Nacional de Educação, dar início ao Seminário com a apresentação do programa e algumas informações técnicas.

De seguida, passo a apresentar os membros da mesa, começando pela minha esquerda, onde está sentado o Eng.º António Abreu, Vereador do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa. À minha direita está a Vanessa Silva, membro da Comissão Política da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa e também membro da Direcção do Conselho Nacional de Juventude. Passo então a palavra à Vanessa Silva.

Vanessa Silva

Coube-me a mim, em nome da Direcção do Conselho Nacional de Juventude, dar início a estes trabalhos. Antes de mais, gostaria de, em representação do Conselho Nacional de Juventude, como já a Ana Rita fez, dar-vos a todos as boas vindas e desejar, desde já, que os trabalhos possam contribuir para um aprofundamento destas temáticas que hoje vos propomos para discussão.

Ao lançarmos este Seminário, tivemos como objectivos dar o pontapé de partida numa discussão que é nova para as organizações de juventude em Portugal e que se prende, fundamentalmente, com uma discussão acerca do papel educativo das organizações de juventude e do reconhecimento político da educação não formal. Sendo que, para esta discussão, nos pareceu fundamental fazermos uma análise sobre o actual sistema educativo formal em Portugal, passando pela relação entre os vários agentes educativos, sobre o que é este conceito da educação não formal, procurando abordar, de forma natural, a educação fora da escola e encarando o associativismo como protagonista nos processos educativos.

Estes são alguns dos temas que hoje nos juntam aqui para o debate. Penso que muitos outros podem surgir e optei por não fazer uma intervenção de abertura muito exaustiva. Agora resta-me desejar-vos a todos bons trabalhos e que, de facto, o associativismo juvenil saia daqui reforçado, numa nova discussão com o aprofundamento de questões, que não são as que trabalhamos todos os dias. Obrigada.

Engº António Abreu

Em primeiro lugar, bom dia, queria dizer-vos o seguinte: vocês propõem-se, hoje, discutir o papel das associações de estudantes e das associações juvenis, em geral, em processos educativos não formais. Esta é uma questão que hoje se coloca em termos diferentes porque, por um lado, o desenvolvimento da sociedade em vários aspectos não foi acompanhado pela educação formal, que é um elemento essencial para o processo educativo, por isso é importante que nós cuidemos dele e o desenvolvamos em correspondência com as exigências do tempo presente; por outro lado, há um conjunto de instituições, entre as quais as associações juvenis, que desempenham um papel no processo educativo.

O próprio ambiente urbano, a vida cultural que se tem ou não numa cidade, isto para não falarmos já naquelas questões que hoje desempenham um papel essencial, como a televisão com os seus reflexos positivos e negativos, o desenvolvimento da informática, as relações via Internet, desempenham um papel extremamente importante e estão também na origem de fenómenos que têm influência no processo educativo (como é o caso, por exemplo, da retracção da educação física ao nível dos primeiros anos de escolaridade). Em toda a Europa, há toda uma série de aspectos que condicionam hoje a actividade de formação a que nós chamamos educação formal e na qual cada um destes agentes é chamado a ter uma participação activa e a reflectir sobre essa participação. Penso que o protagonismo que cada um destes agentes tem neste processo é aquele que cada um deles quer, mas que será desejável que tenhamos, todos, a humildade suficiente para compreender que cada um destes agentes tem um outro papel social fundamental, desempenhado através da participação no processo educativo. Da sua

acção isolada, não resultará nada se não cooperarem, e se dos diversos agentes educativos, que existem num espaço como o da cidade de Lisboa, nós não montarmos em comum, para além do sistema de educação formal, formas complementares que influenciem depois os projectos educativos de cada espaço escolar. É também importante que informem a actividade e os objectivos educativos que, por exemplo, na cidade de Lisboa, as várias instituições que nela intervêm, devem procurar alcançar tendo em conta a situação concreta da cidade ou do meio urbano, ou menos urbano, em que se vive.

Lamento não poder acompanhar esta vossa reflexão, mas desejo, sinceramente, que aprofundem esta discussão, não perdendo de vista que o papel das associações juvenis vai para além da intervenção directa nestes processos educativos, na medida que são, em geral, movimentos representativos. Para além de desenvolver actividades que têm influências sobre as quais devem reflectir, também têm um papel representativo de opinião, das aspirações, dos anseios e das movimentações dos jovens. As associações juvenis desempenham diversos papéis simultaneamente, como por exemplo, o desenvolvimento do carácter e da personalidade dos jovens e da sua capacidade de liderança.

Certamente, hoje, não será o iniciar de uma discussão, pois esta questão já foi abordada noutras circunstâncias. Sugeriria-vos que nos mantivéssemos informados sobre a reflexão que fazemos, para isto poder influenciar inclusivamente decisões que se tomam nas diversas instâncias que têm a ver com o Sistema Educativo. Era isto que eu vos queria dizer. Espero que tudo corra bem.

SESSÃO PLENÁRIA
“A Educação que Temos”

Daríamos, então, início à reflexão que nos propomos fazer aqui neste Seminário. A ideia da Comissão de Educação quando pensou neste primeiro Plenário e quando o intitulou de “**A educação que temos**”, era que, ao falarmos do papel educativo das organizações de juventude, precisamos de saber que educação é que temos e que educação é que queremos para depois percebermos, nesse enquadramento, qual é o papel que cabe especificamente às organizações de juventude. Pretendemos também que seja este o painel que lance questões, dúvidas e que abra a discussão que depois nós vamos poder ter nos diferentes trabalhos de grupo. Para nos ajudar nesta reflexão temos três convidados: a Professora Doutora Teresa Ambrósio, Professora na Universidade Nova de Lisboa e que é, actualmente, Presidente do Conselho Nacional de Educação; o Professor Dr. Joaquim Coimbra, Professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e também Professor na Universidade Católica de Lisboa e a Vanessa Silva, Membro da Direcção.

Vanessa Silva

Caros amigos, quando nos colocamos perante um tema como a “Educação que Temos”, surgem-nos desde logo um conjunto de questões como: Quais as finalidades da educação? Quais os seus objectivos e funções? Será que o Sistema Educativo em Portugal está orientado para os cumprir? Afinal que Escola é a nossa? E os outros agentes educativos têm ou não um papel fundamental na educação?

Partindo destas e outras questões, procurei com isto encontrar algumas pistas que espero poderem ser um contributo para a discussão que hoje iniciamos.

A Educação assume uma importância estratégica na formação pessoal e social dos indivíduos e, simultaneamente, é um elemento fundamental para o desenvolvimento e progresso de qualquer Estado ou sociedade.

Citando Bento Jesus Caraça, “a aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no Homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; Significa numa palavra a conquista da Liberdade. E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o Homem, como Homem, e não apenas uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem da fadiga da ladeira”.

A Educação é, pois, um factor de emancipação a que todos, sem excepção, devem ter acesso, a tal “conquista da Liberdade” de que Bento Jesus Caraça nos falava.

A Educação de que vos falo não é apenas a da Escola, da sala de aulas, é uma Educação que se quer integral, resultante da interacção dos vários agentes educativos. É claro a Escola, ou melhor dizendo o sistema educativo formal, assume aqui um papel insubstituível, quer do ponto de vista da garantia de uma rede pública e gratuita de ensino que possibilite a todos o acesso à Educação, quer como do ponto de vista do sucesso educativo.

No que respeita ao sucesso educativo podem novamente colocar-se-nos as questões: Aprender o quê? Aprender para quê?

Gostaria de partilhar convosco a qualificação utilizada pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI no seu Relatório para a UNESCO. Fala-nos este Relatório de quatro pilares da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver em Comum, Aprender a Ser.

Esta qualificação não será certamente absoluta, mas o seu conteúdo permite-nos traçar alguns objectivos da Educação, como a aquisição de capacidades de estudo e análise; o “aprender a aprender”; o desenvolvimento de competências, não só no que respeita à qualificação profissional, mas também na aquisição de saberes para enfrentar as mais diversas experiências sociais; a capacidade de participar e cooperar com os outros; de partilhar valores e projectos comuns e o desenvolvimento da personalidade, da capacidade de autonomia e do espírito crítico.

Assim, é importante olhar para a Educação como um todo, pensá-la como a necessidade de uma aprendizagem integrada dentro e fora da escola.

Vejam, então, de forma parcial e pouco exaustiva, a Educação que temos hoje nas nossas escolas.

No que respeita à frequência do sistema de ensino é importante realçar que subsistem elevadas taxas de abandono e insucesso escolar. A escolaridade obrigatória está muito longe de atingir os 100% de escolarização e permanece a baixa frequência nos ensinos secundário e superior.

Para esta situação contribuíram certamente vários factores como o insuficiente investimento público nesta área, que obriga a que os estudantes se vejam sobrecarregados com todas as despesas escolares, como transportes, alimentação, material escolar, livros, habitação quando deslocados e, no ensino superior, com o pagamento das propinas.

É pois urgente um maior investimento e responsabilização do Estado, no que respeita à garantia da gratuidade da educação, do qual destacava a necessidade de revogação da Lei do Financiamento do Ensino Superior, que estabelece o pagamento de propinas pelos estudantes.

É também urgente que, do ponto de vista organizativo, se repense a escola. Tomemos como exemplo os métodos de avaliação utilizados no Ensino Secundário, as provas globais e os exames nacionais. Ao invés de se olhar a avaliação como um instrumento de trabalho do professor e da turma para detectar as dificuldades dos estudantes e ajudar a superá-los, olha-se para a avaliação como uma forma de selecção e seriação, que não tem em conta o objectivo do prosseguimento dos estudos, e que, na prática, vem impedir muitos estudantes de o fazerem.

No que respeita ao acesso ao sistema de ensino, penso que é visível para todos a necessidade da expansão da Rede Pública de Educação aos vários níveis e a racionalização do Parque Escolar, tendo também como objectivo o fim dos *numerus clausus*, enquanto restrição quantitativa global no acesso ao Ensino Superior.

No que respeita aos *currículos* e conteúdos programáticos é urgente a introdução de temáticas como a Educação Intercultural, a Educação para a Paz, a Educação Ambiental ou a Educação Sexual. Urge pois uma maior adequação dos conteúdos programáticos às necessidades de desenvolvimento pessoal e social.

Assim, defendemos um conceito de Educação que se assuma inserido no meio, interagindo com a comunidade, e foram dados já alguns passos interessantes neste sentido, como a Área Escola e a área curricular dos Ensinos Básico e Secundário.

Para esta aprendizagem global, que se quer ao longo da vida, em muito vem contribuindo o associativismo juvenil, que é por si um dos valores adquiridos da democracia.

O associativismo juvenil envolve no nosso país um número muito elevado de jovens, nas mais várias áreas de intervenção e nos vários níveis: local, regional e nacional. As associações juvenis intervêm muitas vezes directamente no sistema educativo formal, como é o caso das associações de estudantes, mas também fora dele, quer pela dinâmica de participação que promovem, quer por metodologias de trabalho partilhadas, quer por valores e projectos comuns que desenvolvem.

O movimento juvenil constitui-se como um importante parceiro social a considerar na definição das políticas de juventude, e simultaneamente, como um agente educativo que importa reconhecer e valorizar. A esta educação promovida também pelo associativismo juvenil, fora da Escola, temos chamado educação não formal.

Podem então surgir vários critérios para definir educação não formal, como por exemplo a metodologia educacional utilizada, atribuindo-se à educação não formal metodologias como o “aprender fazendo”, (como é o caso dos grupos de trabalho); ou critérios como as formas de organização utilizadas, tudo o que está fora da educação formal, a educação que não é organizada pela escola ou actividades educativas organizadas fora do sistema formal de educação; ou o critério dos

objectivos e propósitos da educação não formal que seriam a promoção do desenvolvimento pessoal e social.

A olho nu poderíamos desde logo considerar que todos estes critérios enfermam de uma cristalização sobre o que é a Escola, e podemo-nos aperceber que todos estes critérios não fazem a distinção entre a educação formal e não formal. Afinal, cada vez mais a escola vai buscar à comunidade e também ao associativismo novas metodologias de trabalho e, quanto aos objectivos da educação, estes são comuns, estamos nós a falar de educação formal ou não formal.

A educação não formal não é concorrente da educação formal, mas sim complementar e ambas fazem parte de um conceito global de educação.

Assim, partimos do pressuposto que a educação não formal consiste em todos os processos organizados ou semi-organizados de educação que operam fora da estrutura da educação formal.

Claro que também este conceito que encontramos não é absoluto, é necessário problematizá-lo, aprofundá-lo e enriquecê-lo. O que hoje aqui nos trouxe foi a valorização e reconhecimento da chamada educação não formal e do papel educativo das organizações de juventude (considerando aqui também os grupos informais), e não uma mera formalização ou categorização da Educação Não Formal.

O compromisso que urge fazer é o de todos contribuímos para a Educação, enquanto factor essencial da emancipação humana e do progresso social.

Professor Doutor Joaquim Coimbra

Bom dia a todos. Antes de mais, gostava de agradecer este simpático convite que o Conselho Nacional de Juventude me dirigiu e espero que este pequeno contributo possa ser de alguma utilidade para o trabalho que vão realizar ao longo do dia.

Era capaz de passar por cima da proposta que me fizeram de dar aqui um estímulo inicial para discutir, justamente, qual pode ser o interesse e a utilidade para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens desta questão, que já foi posta pela Vanessa: da educação não formal. Ia, aliás, saltar por cima de uma primeira questão que é a da distinção entre a educação formal e não formal.

Na nossa sociedade existe uma instituição, um dispositivo social a que chamamos Escola (mesmo quando lhe chamamos outras coisas: Centros de Formação Profissional, Universidades). Uma instituição que tende a acolher indivíduos, cada vez mais durante mais tempo e ao longo de toda a vida. Aí já se começa a falar também de escola (ou de instituições educativas ou de formação) para grupos etários que não eram habituais, incluindo a terceira idade. De facto, nós vivemos numa sociedade que está (a Professora Teresa Ambrósio daqui a pouco discutirá isto com certeza e com outros fundamentos) talvez demasiado escolarizada. O que contém alguns riscos, porque, se é verdade que o investimento na Educação que se tem feito no nosso país é capaz de ter sido historicamente uma das causas que marcou, um dos factores que mais tem contribuído para a radical mudança que temos observado na nossa sociedade portuguesa nos últimos 25 anos, também é verdade que há riscos em escolarizar demasiado a sociedade. Este não é um problema especificamente português, é um problema pelo menos de todo o Ocidente. Porque quando a sociedade identifica uma questão, um problema com o qual não consegue lidar de uma forma eficaz, uma das estratégias que utiliza cada vez com mais frequência é transformar esse problema social num problema educativo.

O Mercado do 1º Emprego dos jovens não funciona, e como não funciona transforma-se este problema num problema educacional, prolonga-se a escolaridade dos jovens. De facto, a escola hoje preenche muitas funções sociais para além da valorização pessoal, individual e colectiva dos jovens, para além da sua preparação para o desempenho dos diferentes papéis ao longo da vida adulta, incluindo o papel do trabalhador, o profissional, o cidadão. Também é verdade que a escola, em todos os níveis de ensino, incluindo o universitário, funciona cada vez mais como uma espécie de parque de estacionamento. A família não tem espaço para os jovens. E não tem porque também houve aqui

transformações importantes nas últimas décadas na nossa sociedade; há novas formas de organização familiar que não eram típicas há 20 ou há 30 anos e começam a emergir cada vez com mais frequência famílias monoparentais, famílias de *recasamentos* e outros modos de organização familiar. A família cada vez tem menos disponibilidade para acompanhar, para apoiar o processo de desenvolvimento e de educação dos seus filhos, nomeadamente os dos adolescentes e dos jovens. A manutenção de determinados padrões de vida obriga que pai e mãe trabalhem fora de casa, a urbanização também obriga a que muitas vezes gastem não só o tempo no trabalho mas o tempo nos transportes.

A manutenção do emprego, devido a este desequilíbrio que existe no mercado de trabalho entre a oferta e a procura, obriga cada vez mais a que as pessoas não reivindiquem um horário de trabalho fixo e, portanto, a que permaneçam no local de trabalho enquanto há tarefas, enquanto há responsabilidades, fazendo com que esses horários tendam a prolongar-se. Isto resulta em menor disponibilidade física e temporal dos pais para acompanharem, para discutirem o desenvolvimento e a educação dos seus filhos, nomeadamente os jovens. É preciso também não esquecer que cada vez mais os professores que trabalham nas escolas vão encontrando um número maior de famílias disfuncionais. É uma questão que a nossa sociedade ainda não tematizou de forma devida nas suas implicações, nomeadamente no desenvolvimento dos jovens, isto é, há famílias que não só não têm capacidade e disponibilidade para apoiar o processo educativo dos seus filhos, mas como até o prejudicam de múltiplas formas.

Em qualquer caso, não funcionando a família, a comunidade poderia ser uma outra alternativa, mas não funcionando o mercado de trabalho, o único espaço social que resta aos jovens é cada vez mais, a escola. É isso que nos leva a dizer que nós estamos longe de atingir uma escolaridade básica de qualidade para todos os cidadãos portugueses e que estamos longe de atingir uma outra meta que me parece importante que é a de que nenhum jovem saia do sistema de educação e formação sem uma qualificação profissional inicial; portanto sem o mínimo de equipamento que permita pelo menos uma tentativa de integração no mundo do trabalho. Para além disto tudo, há de facto uma tendência para o prolongamento do processo de escolarização dos jovens, que já se nota

no ensino superior. Por isso, ele está massificado; por isso, ele cresceu explosivamente nos últimos anos; por isso, como acontece nos outros países (em França, de uma forma ainda mais dramática), há questões de qualidade que hoje em dia se têm que pôr em termos da oferta de formação que estas instituições de Ensino Secundário, de Ensino Superior e até de Formação Profissional fazem aos jovens. As mudanças foram demasiado rápidas, não estão digeridas e há condições que demoram tempo a ser criadas e é preciso merecê-las, nomeadamente a própria qualificação profissional dos docentes e dos formadores.

Sem falar ainda desta ideia de educação e formação ao longo da vida que me parece também uma ideia interessante para explorar deste ponto de vista da educação não formal, notamos que cada vez mais é a Escola o espaço social onde os jovens se encontram, funcionando também como dispositivo social para o bem e para o mal. Hoje em dia torna-se cada vez mais evidente para todos, para os cidadãos, para os pais, para os educadores, para os professores e para as pessoas que se dedicam a estudar estas questões, que a educação não se resolve pela via da competência científica ou técnico-metodológica, pois é antes demais uma questão cultural e uma questão política.

Isto é o que nós queremos da escola, porque como dizia um filósofo do século XVII, *“uma instituição que serve para tudo é como uma instituição que não serve para nada”*. Esquecendo aqui o exagero que há nesta frase, julgo que há um sentido útil para nós, porque, de facto, a escola também tem sido sobrecarregada com mandatos sociais.

Como dizia há pouco, cada vez que a sociedade tem um problema que não consegue resolver, integra-o na escola. O problema da toxicodependência é um deles, o problema do desemprego juvenil ou o problema que ainda há pouco a Vanessa referiu, e muito bem, da necessidade da educação sexual, ou a educação para os afectos ou para as relações entre as pessoas, a educação familiar, a educação cívica, a prevenção dos acidentes de trabalho e os acidentes rodoviários, tudo isto são tarefas que têm sido incumbidas à escola e que não faziam parte da sua encomenda tradicional. A escola, inicialmente, servia para instruir, para transmitir aquele saber básico e do domínio de certos materiais e instrumentos simbólicos, nomeadamente da linguagem e do cálculo,

permitted that set of basic competencies for living in society.

Today the school has a social mandate that is too broad and too heavy, and it is clear that this is creating problems within the school itself. The teachers themselves do not feel prepared to perform this multidimensionality of their role, which is the increase of the social mandate. They behave, because they have many times of being a friend, a father, an educator, a guide, an orientator, a counselor, a psychologist... On the other hand, the school centers itself, and as for me, unfortunately, in success and it is this idea of success that permeates our society, the personal success, professional, school, academic, social. This idea is a little useful and is capable, also, of being a heavy weight in our society. It is capable of being so crushing, this weight, the idea of success today in our society, as the experience of failure. I don't know which is worse, the failure, clearly that is not good, but also it is the pressure that today is exercised over the young. It is enough to see how it is lived dramatically by them and by their own families, the frequency, for example, of secondary education, which is also becoming more massified, and as the university exerts this effect of attraction, despite the unemployment of graduates and that it will increase unfortunately in the future. But, in fact, the school has another social function that is decisive in the construction of a social hierarchy of power and prestige and these are the academic, school, is the level of qualification that each one reaches, which determines in large part the position that occupies in society, in a society that despite everything is more stratified than what we would like it to be.

This concern that the school has with success, which is a concern of those who finance education, a concern of the political decision-makers, of the teachers, of the parents, of the families and of the young people many times, is capable of undermining a little the educational function in a sense that is broader than what the school can and should have. It is here that it seems to me that the education is not formal, that which we could call that education that occurs outside the school or that occurs despite the school and, at times, even against the school, can have interest. Because when we talk about the existence of a *curriculum* enunciated and explicit that the school has for its students, of a *curriculum* implemented that is what comes after

os professores conseguem fazer quando estão a trabalhar com os seus alunos, dever-se-á principalmente ter em conta o *currículum* aprendido, aquilo que de facto foi adquirido por cada aluno, por cada adolescente, por cada jovem.

Para além desta definição há tudo daquilo que a escola não intencionaliza, mas que se passa lá dentro, aquilo que se passa nestas experiências quotidianas que acontecem e que muitas vezes também são ignoradas, quando não desprezadas, pela própria escola.

O Senhor Vereador que aqui esteve há pouco referiu, por exemplo, a importância que hoje em dia tem a concorrência que a comunicação social, nomeadamente a televisão, exerce sobre os jovens em termos de aprendizagem, de educação, de socialização e, claro, às vezes, de *deseducação*. As novas tecnologias da informação e da comunicação cada vez são mais acessíveis e ainda bem, porque aí também há o problema da democratização do acesso; se esta não ocorrer há o risco de criar aqui mais vias e mais dispositivos de exclusão social de jovens por outros processos.

Mas a escola nem sempre se preocupa, não intencionalizando as aprendizagens e, sobretudo, a relação que os jovens vão estabelecendo com estes novos contextos de aprendizagem e de socialização. É justamente aqui que me parece que aquilo que os próprios jovens podem fazer autonomamente através do movimento associativo, de associações juvenis, de associações de estudantes e de outras associações, criativas, culturais, estéticas, ambientais, etc., pode ter um papel decisivo na formação e no desenvolvimento dos jovens, quer tomados em termos individuais, quer tomados em termos colectivos.

Outra ideia que hoje em dia é dominante na nossa sociedade é o individualismo. De facto há lugar, há necessidade e é desejável que os jovens ao longo do seu processo de desenvolvimento vão também construindo um projecto de vida pessoal que seja socialmente viável e que tenha várias dimensões. Não há só a dimensão académica, escolar e profissional, geralmente pensa-se mais nisto, mas há outras dimensões, há dimensões familiares, interpessoais, relacionais, cívicas, culturais, estéticas, há muitas ideológicas políticas, etc. É este projecto de vida que

o próprio processo de desenvolvimento vai configurando ao longo do tempo.

De facto, temos que reconhecer tudo o que a Escola tem feito, pois é uma das instâncias que provavelmente mais tem contribuído para a mudança social. Mas não tem intencionalizado certas dimensões que nos parecem decisivas acerca do desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

As associações de estudantes e as associações juvenis parecem ser o espaço de eleição, não apenas para o desenvolvimento e para a aquisição de competências, de aprendizagens pessoais em todas as suas dimensões, mas também para o desenvolvimento de projectos colectivos, de projectos que envolvem não apenas um indivíduo mas um grupo deles que se associam. Isto parece-me claramente importante numa sociedade como esta. Como diz um sociólogo da década de 90, um sociólogo do fim de século, uma sociedade de risco é sobretudo de risco se nós não preservarmos esta capacidade, que é hoje também considerada um dos pilares da educação formal, de conviver com os outros e com a diferença dos outros, de conseguir aprender a partir dessa diferença, de conseguir construir e concretizar projectos, quer pessoais, quer colectivos, com os outros.

É aqui que me parece que esta dita educação não formal pode ter um papel decisivo, porque há dimensões com que a escola não se tem preocupado tanto. Hoje fala-se muito na formação pessoal e social, no desenvolvimento pessoal e social, que é de facto também um objectivo educativo explícito, muitas vezes acontece de um modo natural e mais espontâneo nos contextos sociais que são os do lazer dos jovens e nomeadamente os das associações juvenis em geral.

A escola foi surgindo na medida em que se foi sistematizando o saber e que esse saber se foi afirmando, geralmente numa lógica universitária que não é, se calhar, a lógica mais útil para a formação e para o desenvolvimento dos jovens. Ultimamente, o que ela tem feito é cumprir um papel de socialização, isto é, reconstruir de uma forma racional e sistemática aquilo que durante séculos foi um processo espontâneo de educação e socialização das pessoas. Nem é preciso irmos muito longe, basta reportarmos ao século XIX ou princípio deste século, em

sociedades mais estáveis, com estruturas mais rígidas em que tudo era mais previsível, onde não havia praticamente mobilidade e o destino dos indivíduos estava traçado, praticamente, a partir do seu grupo familiar ou do seu grupo social ou económico ou cultural de origem, um problema de projecto pessoal de vida não se punha. O filho de um agricultor seria necessariamente agricultor, o de um artífice, artífice e por aí fora. Esta sociedade, de maior mobilidade, mais democrática, é também mais imprevisível, mais incerta, mais instável, com projectos sociais menos fortes para os indivíduos. De facto, a sociedade do Século XIX, por exemplo, era uma sociedade que tinha fortes projectos para os indivíduos, tudo praticamente determinado desde o seu nascimento e era muito difícil contrariar este determinismo social.

A sociedade de hoje é mais aberta, mas esta multiplicidade de caminhos é visível na diversificação de fileiras de vias de formação no próprio sistema de educação formal, na modalidade quer regular, quer não regular de ensino. Esta diversificação torna o problema mais complexo para os jovens. O que é que eu vou escolher? O que é que eu vou fazer? Porque é que eu vou escolher esta via ou este tipo de curso e não outro? E porque é que vou estar dentro do ensino regular ou fora? E porque é que vou escolher esta área de formação ou outra qualquer? Estes são exemplos de como a questão se complexifica. Mas é também esta questão mais complexa que aumenta a margem de manobra das pessoas, dos jovens neste caso, e que lhes dá maior capacidade de autonomia e de emancipação na condução e na gestão da sua vida e do seu destino.

Portanto, aquilo que se fazia por um processo implícito, espontâneo e natural, através da socialização da família, da comunidade e de outras instâncias, destes dispositivos de socialização nas cidades antigas, hoje em dia não se faz. E como não se faz, a escola está a tentar reconstruir formas de educar as pessoas para os valores, de promover a educação ética moral, a educação cívica, a educação sexual, a educação familiar, porque noutras sociedades, noutras épocas, estes padrões estavam definidos de uma forma rígida e eram aprendidos sempre da mesma forma por todos. Esta é também uma das dificuldades com que se confrontam os educadores, os professores, a escola e a própria família.

Aquilo que serviu para nos confrontarmos com problemas, com tarefas do desenvolvimento pessoal e com dificuldades de construção de um projecto de vida na minha geração, não serve como solução, como meio de confrontar adequadamente com tarefas, com dificuldades ou com problemas da existência os jovens de hoje. Porque, de facto, vivemos num contexto social que é radicalmente diferente. No meu tempo, a norma era fazer um curso, esse curso dava acesso normalmente a uma profissão e essa profissão a um emprego que previa uma carreira mais estável para toda a vida. A questão hoje em dia não pode ser posta desta forma, de maneira nenhuma.

Isto exige mais autonomia dos jovens, se calhar também lhes concede mais liberdade, há mais encruzilhadas ao longo da juventude e ao longo de toda a vida adulta, mais pontos de escolha e mais pontos de decisão. Há mais oportunidades hoje em dia para os jovens do que havia em gerações anteriores, mas elas são também mais exigentes em relação aos próprios jovens e à sua autonomia para gerirem este processo da existência, para irem construindo, gerindo, concretizando e questionando o seu próprio projecto de vida, quer em termos individuais, quer em termos sociais.

Uma outra maneira de considerar que as associações são contextos privilegiados da educação e do desenvolvimento dos jovens é pensar que a escola tem de facto um valor insubstituível na instrução, na socialização, na formação e na educação, que há coisas que são aprendidas ali melhor do que em qualquer outro espaço social, mas é preciso não esquecer que a escola também funciona para os jovens como mais uma função social. Funciona como um gueto: primeiro agrupa jovens que tendencialmente estão no mesmo grupo etário, depois o processo social implícito, que não está codificado na lei, nem é escolha de ninguém, com a escola a seleccionar e a eliminar, tende também para uma homogeneidade sócio-cultural e sócio-económica. Basta comparar, por exemplo, a proveniência sócio-económica dos jovens que frequentam as universidades públicas do nosso país e os que frequentam as escolas privadas do ensino superior. Há aqui um projecto social implícito que produz este resultado.

A escola é uma instituição monoprofissional, o que também é capaz de não ser muito positivo - andar tanto tempo, ocupar tanto espaço da nossa vida numa instituição onde o único modelo profissional é o de professor, tendo uma utilidade social muito questionável. A escola não oferece uma diversidade de modelos a que os jovens possam ser expostos, que diversifiquem também as experiências, as relações, os encontros, as aprendizagens e também as formas de identificação com esses modelos adultos. Todos os estudos e todos os inquéritos que se façam, mostram invariavelmente isto, que a profissão que melhor conhecem os jovens que frequentam o ensino básico e secundário é a de professor e muitas vezes praticamente só são expostos a esta.

Claro que os professores, com todas as vantagens que têm (eu próprio me incluo neste grupo porque sempre fui professor do Ensino Básico, foi no antigo ciclo preparatório do ensino secundário que comecei a trabalhar com 19 anos e continuo a ser professor), têm também características culturais que são típicas da sua profissão e que nem sempre vão em favor do desenvolvimento e da formação dos alunos. Dito de outra forma, a escola cria oportunidades de aprendizagem, de desenvolvimento, de exploração do mundo da realidade para os jovens, e inviabiliza muitas outras ao funcionar como um gueto de muitas maneiras. Como eu tenho estado a tentar sublinhar, funciona como um gueto porque, apesar de tudo, ainda tem paredes muito altas, mas de facto estas paredes hoje em dia também tendem a serem desmoronadas, tendem a ser ultrapassadas. E é aqui que a educação pode deslizar para a Educação formal ou para a não formal.

A escola está cada vez mais ciente de que só pode cumprir essa tarefa educativa em sentido amplo se a partilha for feita com outros agentes e recursos da comunidade e da sociedade. Por aí, pode ser que esta educação mais formal, mais escolarizada, mais centrada no ensino de aprendizagem académica (às vezes até mais só no ensino e menos na aprendizagem o que ainda é pior), que valoriza tanto o sucesso e elimina tantos jovens, talvez essa escola possa ter alguma possibilidade de desenvolvimento e abrir-se cada vez mais ao exterior, se partilhar essa tarefa com outros agentes sociais e comunitários.

Outro problema da escola e decisivo quanto a este funcionamento social do tipo gueto, é que na escola os alunos estão num processo educativo que decorre pelo desempenho de um único papel, que é o papel de aluno. Ora, de facto, isto não chega para preparar para a multiplicidade de papéis e para a sua coordenação na vida adulta. Na vida adulta, invariavelmente, eles vão ter que assumir papéis familiares, sociais, comunitários, cívicos, o papel de consumidor, o papel de fruitor de cultura e por aí fora. Há uma multiplicidade de papéis para os quais a escola tem dificuldade em preparar, porque reduz os seus alunos a este único papel, de estudante, de aprendiz. Muitas das vezes esquece-se que por detrás desse aluno está uma pessoa, o que ainda é mais complicado. A escola é capaz de merecer um pouco esta crítica da cultura profissional dos professores, hoje em dia. Portanto, também mais uma vez se inclui no grupo o papel que as Ciências da Educação podem ter na melhoria da educação e sobretudo na melhoria das condições da formação inicial, contínua, pós-graduada, especializada dos professores. É que, provavelmente, muitos professores hoje em dia sabem bastante acerca de políticas educativas, sociologia da educação, psicologia da educação e de outras coisas do género, mas esquecem-se muitas vezes que aquilo que é decisivo na eficácia da sua intervenção educativa como professores é a qualidade da relação que estabelecem com aquelas pessoas que são os seus alunos.

Esta multiplicidade de papéis que a escola não concede ao aluno, porque o reduz a um único papel e às vezes de uma forma também demasiado rígida, pode ser ensaiada e experimentada noutros contextos de vida, em contextos de lazer, informais ou em contextos mais formais que podem também ser as associações dos próprios jovens, porque aí eles são levados a assumir responsabilidades sobre projectos, problemas e tarefas reais. Não tenham qualquer dúvida que o desenvolvimento pessoal, social, cultural e cívico dos jovens depende da matéria prima da vida que são as experiências, a qualidade das experiências de vida a que somos expostos ao longo da nossa história. A escola consegue criar algumas (e não consegue criar todas), mas é importante reconhecer, promover e apoiar outros contextos sociais da existência, da interacção, do relacionamento da realização dos jovens que podem cumprir esta função quase compensatória do desempenho de outros papéis que não são possíveis dentro da escola.

Professora Doutora Teresa Ambrósio

Educação – um futuro a construir

Já foram apresentadas pelo orador que me antecedeu as principais questões para a discussão. Gostava, no entanto, também de agradecer o convite que me foi feito, e dizer-vos que esta vossa iniciativa é extremamente oportuna. Mais oportuna talvez, do que se possa à primeira vista alcançar, e que me agrada muito ver que dois dos conselheiros do Conselho Nacional de Educação, o Jorge Barreto Xavier e a Ana Rita Varela, estão também na organização deste acontecimento.

Tive ocasião de ler o documento base, um documento de trabalho muito bom que tem a explicitação dos vossos objectivos. Perante tudo o que já foi dito apenas algumas coisas mais.

1. A Educação que não temos

Primeiro, vou falar da educação que não temos. Dado que já falámos da educação que temos, gostaria de acentuar aquilo que não temos, a alma da Educação de que precisamos e o futuro que temos que construir. Projectava um pouco mais para o futuro que propriamente para a situação actual, se bem que é desta situação que temos que sair. Isto é, gostaria de vos falar da educação que não temos, o futuro que temos de construir partindo do contexto actual. É neste contexto que vou tentar explicar o que se chama hoje “o novo paradigma da educação”, no qual entra a educação não formal. É um contexto que nos faz ultrapassar os limites da nossas fronteiras e projectarmo-nos na Europa e em todo o mundo. Reconheço que muitos jovens hoje já não se situam muito, ou situam-se pouco, nas fronteiras geográficas e culturais actuais do seu país de origem. Situam-se nas fronteiras quando evidentemente vão à escola, aos clubes e à noite tomar um copo, mas quando chegam a casa, normalmente abrem a CNN e outras redes de informação internacionais que os projectam nitidamente além fronteiras e os questionam sobre o futuro.

Depois, gostaria de falar também do chamado “novo contrato social”, onde aparece a necessidade de darmos força e apoio ao associativismo e as organizações da sociedade civil.

Todos sabemos que nos nossos dias ocorrem grandes transformações na organização económica e monetária, de tal maneira que quando treme a bolsa no Japão acontece qualquer coisa em Portugal, no México, ou algures. E quando existe um problema de ordem ambiental, nomeadamente numa zona industrial em qualquer parte do mundo, todos trememos e nos interrogamos relativamente à capacidade de sobrevivência da Humanidade. Na sociedade de hoje, está tudo a transformar-se numa escala mundial. É o que se chama globalização. Todos sabemos que esta interacção entre países e regiões e a mudança rápida das economias, se deve fundamentalmente a duas coisas: às novas tecnologias da informação e da comunicação, que resultam de uma espantosa evolução do conhecimento científico. Todos nós vivemos na era da globalização e isso deu origem, quer queiramos quer não, a uma mudança muito rápida na organização das sociedades.

Como disse o Professor Joaquim Coimbra, “as sociedades de hoje não são nada do que eram no meu tempo”. Quando eu andava na faculdade estávamos nos anos 60, passaram depois os anos 70, 80, 90 e nos últimos anos, nos anos 90, as mudanças são tão grandes que como se diz passámos rapidamente a época pós-industrial, para a pós-modernização. Basta, por exemplo, olhar como estão organizadas as grandes empresas produtivas para perceber muito sensivelmente as grandes transformações. Recordam-se do que eram? Ainda se recordam provavelmente dos filmes do Charlie Chaplin, toda aquela organização industrial em que cada um fazia o mesmo trabalho durante muito tempo e fazia-o muito bem, porque só fazia aquilo. E estava tudo em cadeia, enfim, uma organização taylorística da produção. Agora, vejam como é que se produzem os automóveis, o Volvo, por exemplo: há um modelo de programação, há o controlo automático, há dois ou três engenheiros de bata branca e como dizia alguém, há um cão para morder no engenheiro quando ele tem tendência a ir mudar o programa informático. Há uma mudança extraordinária nesta modernização, nesta pós-modernização e sabem que

isso, como disse o Professor Joaquim Coimbra, trouxe grandes alterações na estrutura social. As famílias passaram a ser mais pequenas, as pessoas passaram a ter ritmos de trabalho muito diferentes, nas organizações sociais deixou de haver hierarquias, hierarquias da Igreja, hierarquia Militar, hierarquia Escolar e há uma mudança enorme de atitudes, de comportamentos, de valores. Enfim, o que é que é hoje a vida dos jovens comparada com os anos 50 os anos 60 em que não havia sequer televisão? A vida está completamente alterada.

Esta sociedade chamada de pós-moderna, da pós-industrialização, coexiste com outras sociedades ainda muito tradicionais e rurais, tal como temos possibilidade de ver em outras zonas do mundo. Sabemos que esta modernização não é o que acontece em Timor, não é o que acontece em zonas de África. Há um arrastamento destas sociedades primitivas, com fortes custos sociais, económicos e morais, por sociedades que conduzem hoje o mundo, como é o Japão, os Estados Unidos, as sociedades do Norte da Europa e como é, nomeadamente, este bloco Europeu que tende a organizar-se. Daí que seja importantíssimo hoje estar presente nas organizações internacionais onde os grandes poderes económicos, de certa maneira, controlam todos os outros. É importante dialogar com os Estados Unidos, o Japão, é importante entrar em negociações, precisamente, porque hoje toda a vida tem que se pensar à escala global.

Estamos, portanto, muito longe daquela organização, como disse o Professor Coimbra, muito bem estruturada, com estruturas sociais em que cada sistema sabia muito bem que tipo de funções é que tinha que cumprir e cada um de nós sabia quase o que é que lhe esperava quando crescesse, quando fosse adulto; em que havia regras muito esclarecidas, em que havia códigos de relação também aceites, em que havia contrato social implícito na organização dos Estados e, portanto, onde havia um sistema escolar que mantinha a transmissão de valores, de comportamentos, de conhecimentos, socializando as pessoas e formando-as para uma vida que trazia uma certa certeza e uma certa segurança.

Hoje tudo isso não é adequado. Temos um sistema escolar, temos políticas educativas voltadas para um tempo da modernização, para um tempo em que tudo era segurança e certeza, para um tempo em que havia

um conjunto de valores e atitudes que, de certa maneira, davam a valorização e davam sentido aos projectos pessoais e colectivos de cada um. O que nós vivemos hoje é aquilo a que se costuma chamar “a sociedade do risco” e a “sociedade da incerteza”, precisamente porque o conhecimento científico-tecnológico, a sua difusão, a sua capacidade de integração nas mudanças económicas e sociais é tão rápido, a um ritmo que não é possível sequer conseguir controlar. Hoje vivemos, como dizem os grandes pensadores e sociólogos, numa sociedade onde, fundamentalmente, temos que perceber onde é que está o risco, quais são os riscos que nós queremos assumir e estar perfeitamente atento ao que vai suceder para podermos mudar em seguida a nossa conduta.

Repare-se que ainda hoje se pensa e decide em Política Educativa do modo, caricato também, como vos vou mostrar através de exemplos de problema político e resposta política diários:

É preciso criar mais uma escola para formar, não sei quantos meninos, que depois passam para o ensino superior e têm o diploma que é necessário ao desenvolvimento económico previsto para os próximos cinco, seis, sete, oito ou nove anos. É preciso irem mais alunos para Engenharia e provavelmente, menos para História, mais para Gestão, menos para Têxteis. No Ensino Secundário era bom que fossem todos para a profissionalização e, sobretudo que quisessem ser mecânicos, etc.

Há como que uma crença na possibilidade de traduzir uma política educativa, planeando, fazendo previsões, calculando os custos, definindo a cada momento, o tipo de currículo, saberes que devem ser ensinados, professores com perfil muito bem definido, etc. Persiste uma visão muito mecanicista da organização da Educação que se traduz em políticas educativas de gestão do sistema, nesta forma de organizar a sociedade segundo aquilo a que chamamos o iluminismo tecnológico, isto é, uma forma bastante racional da decisão, de intervenção planeada, de programação. Mas temos de perguntar: Para que é que isso serve hoje?

Vejam, por exemplo, o que é a programação das cidades, o que é o planeamento urbano. Alguma vez os planos urbanos foram cumpridos? Mas são indicativos para a resolução de problemas das cidades quando têm o apoio da sociedade civil, das suas associações que reflectem sobre

eles e procuram novas soluções. Isto é, também na Educação só é possível nós compreendermos e sermos capazes de nos movimentar numa sociedade de risco e numa sociedade de incerteza, como é a sociedade contemporânea, se aprendermos a viver no risco e na incerteza, através de uma atitude que é a de estar continuamente a reflectir sobre a actualidade, a tentar perceber o que é que podemos fazer, tendo perspectivas de futuro, mas sabendo a cada momento analisar a situação e descobrir soluções para os problemas.

Ora o que actualmente se passa na educação é o desafio para uma mudança muito completa, a que nós chamamos uma mudança de paradigma. Porquê uma mudança de paradigma? Precisamente porque os quadros através dos quais é hábito analisar a boa ou má política educativa, ou boa ou má educação que temos, são apoiados em comparações de percentagens e estatísticas de acesso, de insucesso e depois as medidas políticas fundamentam planos nacionais, normativos, jurídicos, etc. Como aliás conhecem, nomeadamente através dos quadros de comparação de políticas educativas da OCDE, que traduzem uma forma de olharmos para a realidade educativa, mas que é limitada. Por exemplo, dizer que as universidades têm orçamentos baseados em *ratios* aluno/professor diz pouco acerca da organização de cursos e da qualidade do ensino; dizer que há escolas suficientes para as pessoas todas que deviam estar no secundário, e não se interrogar sobre o que se ensina no secundário; dizer que temos maus professores, mas não falar que os professores não tiveram suficiente possibilidade de formação contínua, que é na realidade a formação mais eficaz; dizer que as crianças mais pequenas são ocupadas o tempo suficiente nas escolas para depois voltarem para a família que, por vezes, não existe ou cujos pais não estão lá, etc., etc. Todos esses quadros estatísticos, de indicadores, são necessários, mas não são suficientes. São úteis e importantes, mas não são suficientes para ponderarmos que tipo de educação nós temos face ao futuro, porque traduzem apenas um olhar sobre a realidade.

Há hoje uma nova sociedade que emerge, uma sociedade onde, como sabemos, não vai haver emprego para toda a gente ou pelo menos não haverá o mesmo tipo de emprego para toda a gente; a produção não vai ser sustentada pelo tipo de empresas da sociedade industrial; será uma nova sociedade que não pode ser regulada só pelas leis, por decretos, por

uma forma de relação com o Estado resultante de representatividade política delegada pelo voto, que não vai ser regulada por sistemas de justiça, precários em todos os sítios. É o desafio de uma sociedade reconstruída, que tem de ser repensada, reanalisada por cada um de nós no dia-a-dia. Neste contexto, as finalidades da Educação têm também de ser redefinidas. Tem sentido então perguntar: afinal, o que é que se aprende? Será que aprender Matemática, mais Física, mais Ciências, mais História e somando tudo e fazendo exames ficamos com aquele conhecimento necessário para nos integrarmos na vida activa e para compreender os problemas a que temos que dar resposta? Sabemos que não, sabemos que hoje o conhecimento científico já ultrapassa os quadros epistemológicos de cada disciplina; questionamos, por exemplo, o tipo de raciocínio, de pensamento muito racional e construído que é aquele que se desenvolve com as lógicas matemáticas e a lógica dedutiva e que tanto abunda nas metodologias de ensino. Sabemos que a escola está longe de nos poder dar as capacidades cognitivas que hoje os problemas complexos obrigam a mobilizar e que tornam limitado e não adequado apenas o pensamento racional, dedutivo, causal, linear, que é a base do saber pensar que se desenvolve nas escolas primárias, no secundário e até no Ensino Superior, que é extremamente escolarizante. Não é o pensamento complexo, sistémico, problemático com que nós temos que analisar os problemas concretos hoje. O sistema escolar, tal como nós conhecemos, foi construído, aperfeiçoado, em função de uma organização social baseada num Estado-Nação, orientado para as sociedades industriais organizadas de uma forma taylorística e fordista, sociedades fechadas, ou pelo menos e de certa maneira protegidas por culturas e valores bem definidos.

É um sistema que evidentemente não está adaptado para o futuro. E nos últimos anos, tal como foi aqui referido esta situação tem sido alertado pelo DELORS – Educação para o século XXI e também pelos relatórios da comunidade europeia, nomeadamente os relativos à sociedade da informação, à sociedade do conhecimento, à sociedade cognitiva, à educação ao longo da vida. Há um conjunto de documentos que nos últimos cinco, sete anos, têm questionado o que é a educação, o que é a política educativa no futuro, sem falar em grandes reformas. O que é necessário é manter as mudanças reflectidamente orientadas para grandes objetivos de futuro. Como dizia a Vanessa, o que é preciso é mudar, o

que é preciso é pensar quais são os objectivos hoje da educação. Para onde é que vamos, afinal? O que é que eu estou a aprender, aprendendo? O que é isso de aprender e de ensinar na sociedade da informação mantendo contudo, como disse o Professor Coimbra e muito bem, a escola que temos? Porque esta escola que temos, de certa maneira, é ainda o lugar construído que herdámos, onde cada um de nós, sobretudo os mais jovens, tem a possibilidade de uma socialização à escala local, à escala da cidade, à escala da família, à escala do grupo social onde vive. Em dados períodos da nossa idade é aquela dimensão do mundo que nós temos. Mas esta dimensão do mundo que temos é muito reduzida. O meu neto de sete anos já sabe onde é que fica Timor, a Ásia e já se interessa pelo que lá se passa, vive outro tipo de problemas. Cada um vive primeiro a escala da socialização da família, depois do grupo de amigos, que é fundamental. Procura-se a identidade na adolescência, e a escola é o sítio onde se formam as capacidades cognitivas e as capacidades de autonomia e as cívicas e morais. A escola tem que se manter, mas transformando-se.

Mas a educação escolar não é a educação que nós necessitamos, a educação, hoje, não é uma questão apenas de escola. A educação, hoje, é o processo de construção de cada um de nós ao longo da vida.

2. A Educação ao longo da vida

Creio que precisamos de aprofundar um pouco mais este paradigma chamado “o da educação ao longo da vida” para podermos analisar a educação num contexto de futuro e de mudança. Porque o paradigma da educação ao longo da vida é hoje a grande linha orientadora das políticas educativas, sobretudo na escala ocidental e na escala dos países desenvolvidos. Primeiro pensámos a educação exclusivamente em termos de formação das pessoas para o mundo do trabalho, o que está longe de ser o único objectivo da educação. Como sabem, hoje, dizemos muito “educação”, “formação”. Antigamente, dizia-se: “primeiro educam-se as pessoas, depois, formam-se profissionalmente”. Hoje, diz-se “educam-se e formam-se profissionalmente”. Mas a formação não é apenas a formação profissional. Hoje diz-se que formação é mais que educação e

como não se sabe muito bem onde é que devemos ficar, diz-se “educação/ formação”, a educação ao longo da vida, a *lifelong learning*, como dizem os ingleses.

É difícil o processo educação/formação preparar para o mundo do trabalho. O mundo do trabalho evolui, de tal maneira que tudo quanto possamos aprender não é imediatamente aplicável, não há relação entre diplomas e emprego. Todos nós sabemos que o que é necessário é que se saia das escolas com capacidades e competências de se inserir profissionalmente e aprender ao longo da vida, ao longo dos vários percursos profissionais. Do que hoje se fala é de percurso escolar, percurso profissional. Há um primeiro percurso, escolar, onde se obtêm conhecimentos, capacidades e competência para o mundo do trabalho. O mundo do trabalho tem, por sua vez, que fornecer aprendizagem para casos concretos. Há, portanto, percursos escolares e percursos profissionais e a maioria de nós, enquanto “recurso humano”, tem que voltar à escola para aprender conhecimentos fundamentais que são necessários no futuro. Por isso, a necessidade de formação contínua. Os percursos profissionais, os percursos escolares são extremamente importantes e todos nós sabemos hoje que temos que pensar na nossa carreira enquanto percurso, como uma série sucessiva de aprendizagens ao longo da vida - aprendizagens na escola, extra-escolar, no lugar do trabalho, auto-aprendizagem, etc. Enfim, há muitas formas de aprender ao longo da vida.

Mas cada um de nós não é apenas recurso para o mundo do trabalho. Somos também cidadãos chamados a pensar os problemas a que temos que dar resposta: (problemas de ambiente, biogenéticos, de violência, de coesão social, problemas de valores e de defesa de culturas) e que nos obrigam àquilo que se chama uma “cidadania activa”. O que vale hoje o voto e as eleições e a delegação da nossa cidadania? Repare-se como a abstenção sobe em todos os países, como se procura contrabalançar o voto através do voto electrónico e repare-se como hoje se diz “os problemas já não são resolúveis com o Estado e a organização do Estado que temos, é preciso procurar uma nova organização do Estado”. Hoje um dos grandes problemas é a criação de uma nova organização do Estado que controle, oriente e que seja responsável na defesa dos direitos e valores sociais de justiça e solidariedade. Os problemas resolvem-se

numa relação entre Estado, comunidade e cidadão. É um novo contrato social que obriga a uma cidadania activa que está em jogo na Política. Hoje todos nós somos importantes para resolver os problemas de ambiente, os problemas locais, os problemas da escola. Por isso é que se fala tanto em autonomia escolar, regionalização e descentralização. Esta questão da cidadania é uma das respostas, é um dos objectivos da educação e da formação ao longo da vida. Ser cidadão não é saber apenas a Constituição e as regras políticas. O cidadão é aquele que compreende os problemas e tem capacidade de afirmação da sua vontade e responsabilidade política.

3. Formar cidadãos activos

Cidadania activa está ligada à cultura, à afirmação de minorias, à coesão social, à valorização de cada uma das pessoas e à sua afirmação. Está ligada com aquilo que se disse acerca de desenvolvimento pessoal e social. Ora isso onde é que se forma? É numa escola em que se ensina apenas? Que avalia a resposta à educação através de exames, que põe o acesso ao ensino superior? O acesso a maiores níveis de ensino é cada vez mais alargado, é uma expectativa de todos, e a todos é reconhecido como direito. E, portanto, teremos de tornar possível que todos tenham oportunidade de acordo com as novas estruturas de financiamentos e recursos dadas as restrições que existem.

É precisamente isso que esta educação tem que oferecer: possibilitar às pessoas aprender ao longo da vida. Mas aprender adequadamente para o século XXI. Os problemas que se nos põem, não são de resolução disciplinar. Eu não resolvo um problema de medicina apenas com médicos. Hoje, resolvo problemas de medicina, por exemplo, com conhecimento electrónicos. É preciso, por exemplo, ter conhecimento das mais avançadas possibilidades de análise terapêutica através da electrónica para poder resolver problemas de medicina. Hoje sabemos que tudo está interligado, a nutrição, a psicologia. Enfim, o problema de saúde não é bio-médico, é um problema global, sistémico, da pessoa viva. Sabemos tudo isso, como sabemos também que o conhecimento está ligado aos afectos. Temos que aprender a aprender de uma forma

que nos dê a possibilidade de nos inserirmos em equipas multidisciplinares, equipas de várias especialidades. O problema da educação é não aprendemos muitas coisas, não aprendermos muitos conhecimentos e muitos saberes, mas aprendermos a aprender e a raciocinar. Hoje diz-se que há muitas competências e muitos saberes que se aprendem em situações de trabalho, pela experiência. Hoje fala-se muito na Educação Não Formal, isto é, fora da escola e na certificação daqueles saberes e daquelas aprendizagens que se aprendem no terreno, que se aprendem fazendo, se aprendem vendo fazer e participando. Saberes, competências, conhecimentos, certificação, eis a valorização duma fórmula que se diz educação não formal.

4. A Educação “in vivo” e “in loco”

O termo educação não formal vem dos anos 70, dos anos 80 e que hoje de certa maneira insere-se nesta visão do *lifelong learning*. Vejamos algumas implicações deste paradigma do *LifeLong Learning*, ao nível europeu e ao nível dos jovens a estudar. Sabemos hoje a quantidade de programas, directrizes e orientações que ao nível europeu se vêm executando e que afectam todos os países e as políticas educativas (por exemplo, aquilo que se chama o passaporte de formação). Reconhece-se, hoje, um valor enorme à compreensão cultural que os jovens desenvolvem quando têm nos seus tempos de formação períodos de passagem por outros países ou por outras escolas. O Professor Coimbra trabalhou também muitíssimo na “mobilidade educativa”. Hoje é importante deixar que os alunos do Ensino Secundário e do Ensino Superior façam um mês, seis meses, um ano, dois anos noutras escolas, precisamente porque contactam com outras culturas, abrem horizontes e tornam-se capazes de um pensamento mais alargado. Estes programas de mobilidade obrigam a programas de certificação, é evidente. Sabemos que hoje valorizam e se certificam, por exemplo, experiências de associativismo, experiências de partilha em movimentos de jovens que os estudantes podem ter noutros países e que isso tem créditos, tal como os créditos das disciplinas. Há países que têm esse reconhecimento de créditos muito desenvolvido e beneficiam muito mais do que nós dos Programas de mobilidade, do Programa Erasmus, dos passaportes

educativos, dos cursos de dimensão europeia, dos cursos inter-países, cursos inter-universidades ou inter-escolas. Estes são os grandes desafios que hoje se colocam. Aprender com a experiência “in vivo”. Aprender com as situações de trabalho, de actividade “in loco”.

A consideração destes nos Programas de formação desestrutura a organização disciplinar muito rígida dos nossos cursos do ensino secundário e do ensino superior, mas introduz, por outro lado, potencialidades e possibilidades de desenvolver competências, de saber estar com os outros, compreender o mundo, de saber intervir, ser capaz de se afirmar e de conhecer novo tipo de formas de ensinar e novas formas de aprender. Esta é outra coisa que julgo ser uma das vertentes daquilo a que se chama hoje a sociedade do conhecimento, a sociedade da informação e a sua relação com a escola.

A sociedade da informação não é a sociedade do conhecimento. Informação não é conhecimento. Informação é a matéria prima através da qual eu construo conhecimento. Não vamos buscar informação apenas à escola, podemos ir buscá-la na Internet, a várias fontes de informação científica e de saberes que estão lá. Temos é de saber raciocinar sobre essa informação para construir conhecimento. Sabemos, hoje, que o conhecimento é o capital, é o investimento maior para a produção de riqueza. É por isso que na economia se fala em empresas do conhecimento.

Ora, a sociedade do conhecimento através da sociedade da informação é, hoje, um dos grandes desafios ao *LifeLong Learning*, contando que nós saibamos e sejamos capazes de utilizar as múltiplas potencialidades das tecnologias da informação e da comunicação. É evidente que ter um computador e ter acesso através da Internet às fontes de informação não é conhecer, muitas vezes é confundir. Há que saber utilizar isso porque temos uma capacidade de raciocinar e de saber mobilizar conhecimentos para um dado problema. Como podem imaginar, isto obriga à modificação completa das metodologias de ensino. Um outro grande desafio que se coloca à Educação.

5. Associativismo Juvenil: informação, identidade, responsabilização

Gostava apenas de dizer três coisas sobre o associativismo juvenil. Como tentei explicitar este novo mundo está a exigir uma nova forma dos cidadãos participarem e de construírem novas fórmulas de regulação social, política, jurídica e económica. É um apelo à sociedade civil organizada, é um apelo ao cidadão integrado em organizações e associações, através das quais dão resposta aos problemas, de onde o associativismo juvenil é uma das formas de organização dos cidadãos jovens.

Mas creio que o associativismo juvenil tem também outros objectivos. Para já, é um lugar de identidade. O grande problema que se coloca nestas sociedades que mudam muito depressa é o problema de identidade, o saber responder ao que é que eu sou. Não se já sou homem ou mulher, mas o que é que eu quero ser. É o apelo à construção de uma identidade própria. Antigamente, dizia-se “eu sou médico”, “eu sou engenheiro”; hoje já isto não diz muita coisa. Então se eu disser “eu sou um informático”, o que é quer dizer? O que é um engenheiro de sistemas? Qual é a associação profissional que o identifica? Há uma necessidade absoluta de identidade e, sobretudo na juventude, há uma necessidade absoluta da pessoa descobrir o que é, quais são os seus projectos, quais são as suas capacidades. Hoje é vulgar, por exemplo, começar pela História e acabar em Engenharia, ou começar pela Engenharia e acabar em Relações Públicas. Mas o que é que permanece no meio dessa mudança? Permanece a Pessoa. A pessoa que é capaz de ser e de construir o seu projecto. Penso que o associativismo ajuda imenso à construção da identidade. É um lugar de reflexão e de cidadania. É no associativismo, como vocês aqui estão hoje, que, de certa maneira, desenvolvemos a capacidade de reflexão, de análise. Não é apenas uma reivindicação de direitos e de deveres. Temos que ter presente outra coisa, que é a responsabilidade social.

E a outra coisa é que as associações são espaços de aprendizagem, de aprendizagem das competências sociais, das competências de cidadania, das competências do fazer. Quando vocês organizam uma coisa como

esta, estão a desenvolver imensas competências que depois vos vão sendo úteis noutros contextos. Ponham isto no vosso *Curriculum*, isso é o mais importante neste momento, não a nota que obtêm, mas aquilo que são capazes de fazer. E, sobretudo, as associações são espaços de participação responsável. Há problemas que não são resolvidos pelas pessoas, têm que ser participados por vós, numa participação que seja informada da vossa parte, uma participação responsável. As associações servem, precisamente, para organizar, também, a participação dos jovens na decisão e na construção da sociedade do futuro.

Ana Rita Varela

Eu queria agradecer aos três convidados. Acho que foi muito importante porque agarraram o problema, aquilo que lhes era pedido, de três formas diferentes. Com certeza foram levantadas muitas questões, que vamos poder levar para os grupos, portanto, pedia que todas as questões que as pessoas tenham, as coloquem nos grupos e as discutam. É exactamente esse o papel dos grupos de trabalho. Agora convidava-vos a fazer uma pequena pausa de 15 minutos, para podermos descansar um bocadinho, para conversar e beber um café.

Jorge Barreto Xavier

O Doutor Joaquim Coimbra falou há pouco da existência de mais oportunidades e menos emprego, quer especificar?

Doutor Joaquim Coimbra

A Professora Teresa Ambrósio também se referiu a esta questão. Isto hoje é consensual, vivemos numa sociedade que cada vez tem maior capacidade de produção de bens e serviços e a tendência é satisfazer o universo de necessidades de consumo sem recorrer, àquela população que poderia estar em condições de ser população activa, ou recorrendo a

uma parte minoritária. O que acontecerá no futuro, provavelmente, será qualquer coisa deste género: uma pequena parte da população pode ocupar-se desta tarefa da produção de bens e serviços, o problema está em resolver o dilema que é que não precisam todos de produzir, mas precisam todos de consumir. O problema é de ordem cultural, política e, como a Professora Teresa Ambrósio também enfatizou, é um problema de uma nova forma de organização da sociedade; porque, até numa perspectiva sistémica, se não houvesse outro ponto de ancoragem (prefiro agora não estar a basear-me em valores, nem opções de valor, nem éticas, ideológicas ou políticas) essa minoria que se ocupa das tarefas da produção não sobreviveria se não tivesse um mercado de consumo, se não tivesse a quem vender, se não desse capacidade de compra a essa grande maioria.

O trabalho nunca foi algo de intemporal e de universal na nossa cultura, o trabalho não é um valor essencial, nós temos um conceito muito restrito de trabalho que é o de que o trabalho tem valor económico, valor de troca. Agora, podemos colocar a questão em termos do alargar muito este conceito de trabalho, todos nós precisamos de trabalho, todos nós precisamos de projectos, era nesse sentido que falávamos de projectos individuais e de projectos colectivos. Porque são eles que cada vez mais vão ser o grande factor de coesão social no futuro. Os projectos colectivos não têm que ser trabalho com valor económico, podem ser trabalho de preservação da qualidade de vida, do ambiente, do património cultural ou simbólico, trabalho de criação estética, trabalho de voluntariado, trabalho comunitário de apoio. Tudo isto é trabalho.

SESSÃO PLENÁRIA
“O Papel Educativo das
Organizações de Juventude”

Paulo Afonso

Muito obrigado às organizações de juventude e às associações aqui presentes. Vamos dar então início à última sessão plenária. Antes disso, cada um dos grupos de trabalho irá apresentar uma relação daquilo que foi discutido em cada uma das comissões. Antes de mais, apresento as pessoas que estão aqui na mesa. Sou Paulo Afonso, faço parte da Associação Académica de Lisboa e vou presidir esta sessão plenária; à minha direita está o Jorge Barreto Xavier, que vai fazer uma intervenção relacionada com o papel educativo das organizações de juventude e é do Clube Português de Artes e Ideias, o Eduardo Street da UPAJE, a Silene Pereira da Intercultura e a Inês Mota da Ecolojovem. Vamos começar com a Silene, do grupo número um, que tinha o tema **“O Papel do Associativismo na Educação para a Participação”** e que vai apresentar as considerações finais deste grupo de trabalho.

Silene Pereira

Boa tarde. O nosso grupo de trabalho tinha como tema “ O Papel do Associativismo na Educação para a Participação”. Estiveram presentes no neste grupo o Marcos Fernandes, da Faculdade de Psicologia; a Ana Lourido, da JCP; a Tânia Sofia, da Escola Secundária da Lourinhã; a Maria Pedro, do MCE; Paula Santos, da Faculdade de Ciências de Lisboa; António Alexandre, da JCP; a Maria Irene, da Associação Cultural e Recreativa de Tondela; a Sónia Maria, da ACAJ; o Jorge Manuel, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal; o Rui Manuel, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal; José Melheiro , do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra; o Gonçalo Alberto, do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra; a Madalena Nóbrega, da UPAJE; o Paulo Afonso, da Associação Académica de Lisboa e eu própria, da Intercultura.

Para vos introduzir o tema sobre o qual nos debruçámos, vou ler um excerto do Relatório Delors, “... A Educação não pode contentar-se em reunir pessoas, fazendo com que adiram a valores comuns, forjados no passado, há, pois, que preparar cada pessoa para participar activamente no projecto de sociedade, mostrando os seus direitos e deveres mas também desenvolvendo as suas competências sociais...”. Assim, uma das conclusões a que chegámos foi que o papel decisivo que as associações têm neste desenvolvimento é o de promover competências participadas. As associações permitem, acima de tudo, o reconhecimento de outros agentes e instituições que envolvem a própria pessoa; o reconhecimento das próprias capacidades e limitações; o desenvolvimento pessoal integral; a consciência de cidadania como um conjunto de direitos e deveres; o incentivo à participação cívica, sócio-cultural e sócio-educativa. Por outro lado, a participação dos jovens nas associações também lhes dá competências que lhes permitem que eles próprios sejam agentes motivadores da participação de outros jovens. Relativamente à relação entre a Educação Não Formal e a Educação Formal, concluímos que, no fundo, a Educação Não Formal é um complemento à Educação Formal, ao desenvolver outras competências (como as competências críticas) importantes para a relação interpessoal que são uma mais valia decisiva para o sistema de ensino. Urge, assim, reconhecer o papel e a importância do associativismo enquanto processo participado de Educação Não Formal.

Inês Mota

No painel sobre o “Sistema Educativo e a sua relação com os outros agentes Educativos”, estiveram presentes: Joana Silva (presidente da Mesa da Assembleia Geral); José Pina (MCE); Mário Peixoto (JCP); Ana Chaves (ACERT); José Castro (UPAJE); Nuno Félix (AAL). Chegámos à conclusão de que há um conceito de educação integral e contínua que a escola sozinha não consegue abranger e, por isso, tem que se abrir ao meio. Os professores não podem ser os únicos agentes educativos, e, quer os pais, quer os professores, têm a consciência disso. Vimos que é necessário uma interligação, uma complementaridade entre todos os agentes educativos. As organizações juvenis e associações são agentes

educativos muito importantes e têm que ser considerados como tal. As organizações dão-nos um valor colectivo que compensa o valor individual que a escola nos dá. Aprende-se a trabalhar em conjunto, há projectos comuns em que todos lutam para eles. Dentro das organizações juvenis há uma aprendizagem com prazer e com gosto que deveria haver também na Escola, há uma aplicação dos conhecimentos práticos que aprendemos na escola de uma maneira mais teórica, entre outras coisas aprende-se a entrar no mundo do trabalho.

As organizações juvenis adaptam-se facilmente às mudanças sociais e a Escola não pode fazer isso com tanta facilidade. As próprias organizações juvenis promovem as mudanças através da transformação das coisas, criticam e apresentam projectos. Como já disse, as organizações juvenis são um agente educativo essencial, mas existem certas barreiras dentro do sistema formal que têm que ser quebradas, como é o caso da não regulamentação da Lei das Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário. Vimos também que existe uma falta de sensibilização por parte dos jovens portugueses para o associativismo e para a participação. Outro problema com que nós nos deparámos foi a dificuldade em fazer uma distinção clara entre educação formal e educação não formal, porque devem caminhar juntas, não encarar-se como rivais, mas sim aliadas, pois são as duas essenciais para a educação do indivíduo.

Concluimos ainda que os professores devem ser encarados como orientadores e não como alguém que impõe. Deve haver uma partilha voluntária dos poderes porque a educação se faz da dependência para a autonomia.

Eduardo Street

Estiveram presentes neste grupo de trabalho o CPAI (Clube Português de Artes e Ideias), a UPAJE, a associação Jovem a Jovem, o Cenadro, a AIESEL, a Associação de Estudantes da Escola C+S Ferreira Dias, a Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, uma representante do Departamento de Juventude da Câmara

Municipal de Santiago do Cacém e uma representante da Intercultura pelos Clubes Escola.

Neste grupo de trabalho sobre os “processos não formais de educação”, começámos por expor, projecto a projecto, associação a associação, quais eram, na prática, aquelas que considerávamos ser as acções efectivas de Educação Não Formal que levávamos a cabo. Muito sucintamente, o CPAI apresentou o projecto “Pai Ideia, de intervenção directa nas escolas; a UPAJE apresenta o trabalho levado a cabo com PRU e o PER da Câmara Municipal de Cascais em sistema de ATL fora da época escolar; a associação Jovem a Jovem apresentou também a intervenção que levou a cabo com o PER; o grupo do Cenadro apresentou a forma como complementa as actividades escolares com trabalho na área das artes em Chelas e nos Olivais; a Associação de Estudantes C+S Ferreira Dias apresentou o trabalho que leva a cabo junto dos estudantes, no sentido de complementar o ensino formal dado na própria escola; a Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto falou de seminários realizados num processo de complementarização da educação fornecida pela escola, nomeadamente numa área muito interessante que é das línguas estrangeiras, ferramenta essencial para a compreensão dos manuais que são, na sua esmagadora maioria, em estrangeiro; a representante da Câmara Municipal de Santiago do Cacém falou-nos de algumas actividades que levaram a cabo e, por último, a Intercultura falou-nos do projecto que envolveu a presença em Cabo Verde de um grupo de quinze pessoas, professores e estudantes.

De seguida, falámos de forma alargada dos processos propriamente ditos, e, essencialmente dos problemas que foram encontrados, quer na utilização de espaços que também são de educação formal, quer nos locais de intervenção.

Na sequência disso, passou-se à discussão sobre a necessidade de valorizar todas estas intervenções e o trabalho de todas estas associações como complemento claro da formação, que é neste momento ministrada formalmente pela escola e pelo sistema clássico e institucionalizado de ensino. Partiu-se então para a sistematização daquilo que havia sido dito, concluindo-se, claramente, que para além da importância do processo de

educação não formal, da importância da expressão das actividades das associações que representamos, havia um espaço até mais importante, que é a valorização do trabalho de todos nós, enquanto elementos das associações. E aí talvez tenha também mais importância o trabalho associativo na qualificação, na valorização e na aprendizagem, em termos sociais, em termos democráticos e em termos de aprendizagem de valores, que o simples facto de se constituir uma associação, juvenil, no caso. O simples facto de se participar, traz uma mais valia a todos aqueles que não são consumidores das nossas actividades, mas sim intervenientes directos na concretização dessas actividades.

Depois, decidimos ir um pouco mais longe, já pressionados pela hora, e falámos sobre a necessidade de reconhecer em termos oficiais, não formalizado, o processo de educação não formal. Falámos de alguns modelos estrangeiros já aplicados, nomeadamente o dinamarquês, e da creditação da formação dentro de um regime não formal. Gerou-se alguma polémica, e parece-me que ficou claro ao grupo de que há três passos que têm que ser dados. Um primeiro passo de reconhecimento da importância da formação pessoal de cada indivíduo, da formação não formal; um segundo passo, de valorização dessa mesma formação, não correndo o risco de standardizar, formalizar a educação não formal; e, por último, após um processo de maturação, de intervenção diária e continuada em termos sociais, um processo de creditação dessa formação profissional como complemento da formação não formal.

Ficamos e terminamos com esta ideia base de que urge começar a intervir, para reconhecer, valorizar e creditar a educação não formal, em Portugal, pelo menos. E deixamos claríssimo que esse é um trabalho que nos cabe a todos nós dirigentes associativos, a todos nós, representantes deste processo não formal; trata-se de não ficarmos de braços cruzados, à espera que alguém se lembre de fazer uma grande revolução e, de um dia para o outro, impingir este conceito que nos parece ser cada vez mais claro.

Jorge Barreto Xavier

Não sei o que é que vocês acham, mas eu, pessoalmente, aprendi algumas coisas com estas conversas durante o dia. Houve alguns momentos interessantes nos nossos grupos de trabalho, os mais interessantes não vos vou poder contar, mas em geral posso tecer-vos alguns comentários em relação àquilo que me pareceu ser de realçar. Gostava de relembrar algumas coisas que foram ditas de manhã. Apontei dois ou três pontos sobre as intervenções da Doutora Teresa Ambrósio e do Professor Joaquim Coimbra. E assim, muito telegraficamente, de quando falaram em cidadania; a importância da valorização pessoal; na escola, ocupando mais espaço do que o que devia; no professor, como sendo o único profissional na escola conhecido pelo aluno; no aluno, que desempenha na escola só o papel de aluno; a questão da flexibilidade, ou seja a nossa necessidade de, actualmente, termos instrumentos pessoais, internos, autónomos, para agir e obter capacidade de resposta perante os desafios que o quotidiano nos coloca. Seremos, portanto, nós próprios protagonistas da mudança.

A questão da educação ao longo da vida, a questão de aprendermos a aprender, a eventualidade da certificação da educação não formal e a necessidade de criarmos mecanismos de mobilidade educativa, tudo isto se enquadrar nas necessidades da chamada sociedade de informação, numa óptica de conhecimento, considerando que conhecer e ter capacidade de conhecer é hoje um capital fundamental em termos da nossa capacidade operativa de desenvolvimento de um papel social.

Os temas mais genéricos que foram abordados hoje de manhã, conduzem-nos de alguma forma, e permitem-nos ter uma visão sobre aquilo que falámos hoje à tarde. De facto, ao falarmos de educação não formal, ao falarmos nas várias possibilidades que as associações juvenis têm de, através da actividade que desenvolvem, contribuir para uma formação global (que não é de maneira nenhuma só lúdica, política, desportiva, cultural mas que contribui, de facto, para além desses aspectos, que são fundamentais porque correspondem aos escopros, aos objectivos específicos de cada uma das organizações a sua capacidade de protagonizar momentos educativos em cada um de nós), consubstancia-se naquilo que foi dito por cada um dos grupos de trabalho ou resumos dos

grupos de trabalho. Eu gostava de em relação aquilo que foi dito por cada um dos grupos de trabalho, também fazer alguns comentários.

“O papel decisivo das associações no desenvolvimento de competências participadas”, é de facto uma frase um bocado complicada. Actualmente, o trabalho que nós devemos desenvolver ao nível das organizações é criar mecanismos de desenvolvimento que nos permitam uma abrangência e uma experiência maior do que aquela que a escola nos pode dar. Realmente, se virmos vários relatórios sobre a educação formal e não formal verificamos que os mecanismos da educação não formal nos permitem adquirir uma série de competências que o sistema educativo formal, neste momento, não é capaz de dar. Nós comentávamos, no grupo de trabalho em que eu estive, que, de facto, não podemos ficar à espera que o sistema educativo formal se renove para sermos capazes de adquirir, através dele, uma série de competências que precisamos hoje para o nosso quotidiano, para a nossa vida pessoal, familiar, para a nossa relação com os amigos, para a nossa vida profissional, para a nossa intervenção social e que o sistema educativo formal não é capaz de nos dar. De facto, muitas vezes as organizações nas quais estamos envolvidos são capazes de nos dar estas competências e, como tal, nós temos de ter conhecimento e reconhecimento dessas situações, valorizá-las, comunicá-las, torná-las participadas. No que diz respeito ao desenvolvimento pessoal integral, não vale a pena estar a bater no ceguinho, todos concordamos que as nossas organizações e o trabalho que nela fazemos nos permitem ter uma formação mais completa e, de facto, reconhecemos, e isso foi também dito nas conclusões, que o trabalho que nós fazemos para além de se dirigir a terceiros, para além de ser uma vantagem em relação aos terceiros que são beneficiários da nossa actividade, são mecanismos que nos valorizam nós próprios. Isso quase que nos podia levar, em termos extremos, a pensar que a maior parte de nós, dirigentes associativos, no fundo, tem um plano secreto, estamos a trabalhar para os outros, essencialmente, sabendo que nós próprios nos valorizamos à conta disso. Realmente, acho que o processo é extremamente interessante: pensar que o trabalho que fazemos para terceiros, para além de nos permitir continuar a dar a cara pela associação, a sermos os paladinos deste movimento associativo, permite-nos obtermos um *apport* formativo e um capital pessoal extremamente importante para as nossas vidas. Não podemos ignorar esse aspecto.

De facto, não são só as pessoas para quem nós trabalhamos que ganham com o nosso envolvimento nas associações. Não vale a pena estarmos a queixar que somos os coitados, que estamos sempre com o tempo muito ocupado, a fazer coisas que realmente nos dão pouco dinheiro e muita chatice. Eu tenho esta experiência fatal de, há 16 anos a esta parte, sonhar sempre que haverá um dia em que não vou ter que carregar caixotes para levar coisas para algum sítio, que não vou ter que estar a montar qualquer coisa, e acabo sempre a montar qualquer coisa e a carregar caixotes. Acho, de facto, que o fatalismo de desenvolver certos mecanismos de vida associativa, se por um lado é normal nas associações, por outro lado ao longo dos anos com certeza que vamos aprendendo imensas coisas que nos valorizam, das quais não estamos, eu não estou, minimamente arrependido relativamente àquilo que o nosso esforço nos dá a nós próprios.

No que respeita ao incentivo à participação cívica e ao facto de as organizações associativas nos permitirem tornarmo-nos agentes motivadores de participação e de promovermos a participação de outros jovens, creio, como disse, que é mais um conjunto de facetas. Em relação aquilo que já se disse, que a educação não formal seria um complemento à educação formal e ao que foi dito mais tarde, que a educação formal e não formal são complementares, devo confessar que partilho mais dessa visão que a educação não formal não é um mero complemento da educação formal. Mas, mais do que isso, actualmente apesar de não haver os tais mecanismos de reconhecimento e valorização da educação não formal, ela é absolutamente importante para a nossa valorização e não chega falar dela como um mero complemento.

Foi dito pelo grupo dois que a escola não chega em termos de educação, que as organizações juvenis se adaptam rapidamente às mudanças e, inclusivamente, são protagonistas e promotoras de mudança, que há falta de sensibilização dos jovens para o associativismo. Isso é um aspecto que gostava de vos realçar. Nós estamos motivados para o associativismo e estamos aqui a consumir o nosso Sábado porque achamos que isso é importante. De facto há muitos jovens que não têm essa disposição e essa disponibilidade, às vezes há dificuldade em mobilizar esforços para

trabalhos associativos. Reparem, há certas estruturas associativas, em algumas áreas muito específicas, que conseguem grandes capacidades de mobilização, mas atendendo aos fenómenos sociológicos de base, que dizem respeito à motivação dos jovens para se envolverem com aqueles fenómenos associativos, por outro lado, há muitas associações de vários domínios de actividade que têm grande dificuldade em mobilizar jovens em termos de voluntariado. Eu creio que isso deve ser uma preocupação para todos nós, saber até que ponto é que realmente temos capacidade para continuar e aumentar o envolvimento dos jovens, não só como consumidores das nossas actividades, mas, mais do que isso, como protagonistas da actividade associativa.

Isto é um problema com que com certeza todos vocês enfrentam no dia a dia, no sentido de ter mais pessoas a ajudar-vos no vosso trabalho. Como não lhes podem dar muito mais para além da experiência que se pode ganhar no movimento associativo, têm dificuldade em envolver pessoas e em motivá-las para esse efeito. Também aí o factor do reconhecimento do valor educativo das organizações juvenis é muito importante como argumento, a possibilidade das associações desenvolverem trabalho nesta área e criar mecanismos do seu reconhecimento, porque isso é uma garantia de motivação e mobilização.

Finalmente, o grupo três, ao considerar que há três passos a desenvolver, por um lado, reconhecimento, por outro lado, valorização e, finalmente, creditação das associações no seu trabalho educativo, acaba por concluir três passos que são fundamentais. Creio que devemos basear-nos neles para o trabalho futuro dos próximos meses, nos próximos dois ou três anos para conseguirmos, eventualmente, nas diversas organizações, no Conselho Nacional de Juventude, trabalhar exactamente na valorização, no reconhecimento e, mais tarde, na creditação da actividade educativa das associações juvenis. Para conseguir, através deste processo, beneficiar o trabalho de todos nós e não beneficiá-lo só em termos do reconhecimento que ele terá como no alargamento da sua capacidade de intervenção.

Reparem que no momento em que conseguirmos esse reconhecimento efectivo, a valorização poderá permitir que, nomeadamente as nossas fontes de financiamento, não sejam só a área da juventude, mas também da área da educação. Essa ampliação dos recursos das associações neste momento é estratégica porque, como sabem, os recursos para as associações, com os orçamentos limitados das Câmaras para a área da juventude, e relativamente limitados a nível nacional da Secretaria de Estado da Juventude, já não chegam para as encomendas, já não chegam para as nossas necessidades. Ou nós somos capazes, por um lado, de exigir aumentos nesses orçamentos para responder às nossas necessidades, ou somos, por outro lado, capazes de criar outros mecanismos de financiamento. Ou as duas coisas ao mesmo tempo. Seja como for, temos a capacidade de utilizar estes argumentos que são verdadeiros, e os argumentos verdadeiros são os mais importantes para ampliar a nossa actividade. Só nos vai beneficiar em termos dos resultados que possamos obter.

SESSÃO DE
ENCERRAMENTO

Joana Silva

Estou aqui enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Geral do CNJ. Comigo estão também a Vanessa Silva, da Direcção do CNJ, o Pedro Dias, Presidente da Direcção do CNJ e a Ana Rita Varela, da Comissão de Educação. Não queria alongar-me muito mais para além do que já foi referido sobre a relação entre educação e o associativismo e entre educação formal e não formal. De certo modo chegou-se aqui à conclusão da forma como elas se inter-relacionam, tocando, até, no próprio conceito de educação como algo global e dinâmico, que se constrói especialmente da relação entre as duas educações. Daria então a palavra ao Pedro Dias para fazer a intervenção final.

Pedro Dias

Obrigado, Joana. Antes de mais boa tarde a todos, ainda não tinha tido a oportunidade de cumprimentar. Vou optar por ler uma intervenção escrita, até porque, neste momento, com o cansaço e não só, com toda a discussão deste dia, toda a tempestade cerebral que foi passando, corria um grande risco de me dispersar e de fazer um novo Seminário sobre Educação Não Formal. Portanto, se me permitem, vou ler uma intervenção que tinha previamente preparada:

Exmos convidados, Caros Amigos,

O tema deste Seminário é, sem dúvida, de uma grande amplitude e profundidade, sendo fundamental aprofundar a reflexão nesta área. Não queremos fechar aqui o debate sobre a importância da Educação Não Formal ou sobre o conceito global de educação que queremos para o futuro, antes dar um passo no seu encaicho.

Desde a sua constituição, em 1985, um dos principais objectivos do Conselho Nacional de Juventude é conseguir uma política de juventude global que dê respostas aos problemas e inquietações dos jovens portugueses. Uma política de juventude destinada a facilitar a integração

sócio-económica, proporcionar a participação e melhorar a qualidade de vida dos jovens portugueses.

Os jovens enfrentam hoje um conjunto de desafios difíceis na transição para a condição adulta. Sem entrar em debates de cariz sociológico sobre o que é a juventude, a verdade é que há um conjunto de condições partilhadas por este grupo que podem definir a juventude, ou as juventudes, nos dias de hoje:

- a maior dependência da família e do meio que a rodeia;
- a maior vulnerabilidade e susceptibilidade às influências desse meio;
- a instabilidade ligada à indefinição do futuro;
- a preparação para o exercício pleno, ou o mais aprofundado possível, da cidadania.

Um dos grandes problemas que se coloca, que está talvez na base de todos os outros, são as condicionantes ao exercício de uma cidadania juvenil plena.

Compete às forças da sociedade, sejam os Estados, as organizações não-governamentais, nomeadamente as de juventude, os organismos inter-governamentais, desenvolver um esforço integrado para aumentar as oportunidades à plena integração e exercício da cidadania pelos jovens.

Neste contexto, a Educação tem que ser um dos alvos preferenciais da nossa atenção, capacitando os jovens para os desafios do futuro, para uma sociedade em constante e alucinante evolução, deixando para trás paradigmas do passado.

A Educação tem que nos preparar para a sociedade do futuro, uma "Learning Society", que poderemos definir como uma sociedade em aprendizagem - a sociedade que estamos a construir e iremos protagonizar - e não para a sociedade do passado, que tem naturalmente um quadro de referências diferente.

No seio desta sociedade em aprendizagem deve estar um novo Conceito Global de Educação, onde conceitos como Aprendizagem ao Longo da Vida ou Educação Não-Formal devem estar inseridos e assimilados.

No quadro deste Conceito Global de Educação, a escola não pode ser uma ilha, deve estar aberta à comunidade, ou melhor, deve estar em sintonia e harmonia com a comunidade e enquadrada com uma sociedade global. E neste quadro é fundamental uma maior interacção entre o sistema de ensino, ou Educação Formal, com os agentes educativos que desenvolvem processos de Educação Não-Formal, não devendo nunca estes conceitos ser considerados concorrenciais, mas sim complementares, sinergizando para enriquecer o Processo Educativo e proporcionar melhores condições de aprendizagem.

É indubitável que o sistema educativo tem de ter um papel fundamental e definitivo na formação das atitudes e valores do indivíduo, factores estes que determinam a sua participação e visão da sociedade. No entanto, apesar desse potencial, actualmente a educação proporciona cidadãos com uma limitada formação geral e, em vez de criar valores novos ou tendentes à criação de uma sociedade mais justa, potencia valores já existentes como a competitividade, o individualismo e o egoísmo.

Na concepção de educação do CNJ, baseada na superação das desigualdades sociais, os valores destacáveis a potenciar são a democracia, a tolerância e a solidariedade. Mas, para além de tudo isto, trata-se de proporcionar um espaço para o desenvolvimento da pessoa, - como cidadão e como profissional - que lhe permita desenvolver capacidades, conhecimentos, atitudes e valores próprios.

Defendemos por isso que a introdução no sistema educativo de experiências de "Educação para a Paz", "Educação Multicultural e Intercultural", "Educação Não-Sexista", "Educação Sexual", "Educação para a Participação", "Educação Ambiental" etc., são fundamentais, não só para a criação de novos valores, mas também para uma maior sensibilidade e participação do jovem para e nos problemas que o rodeiam, reconhecendo o associativismo como um parceiro importante no processo de co-educação, a par com outros agentes educativos.

São numerosos os estudos que falam do associativismo juvenil como uma das vias com que conta a sociedade para a sua transformação e melhoria. As vivências e os valores que se transmitem, como a solidariedade, a justiça, a fraternidade, a responsabilidade, a educação para a paz e a conservação do meio ambiente, a formação de um espírito crítico, etc., ou ainda como espaço onde os jovens podem exercer uma cidadania activa, participando em espaços onde podem fortalecer o seu desenvolvimento pessoal, partilhar experiências, responsabilidades e desafios, conviver e criar em conjunto com outros, participar de forma activa na sociedade e contribuir para a melhoria desta ou ainda, desenvolver uma experiência de participação democrática, fazem com que seja um parceiro essencial no processo educativo e um agente no desenvolvimento das comunidades. E como tal deve ser reconhecido valorizado.

Assim, é importante que se criem oportunidades para uma maior interacção entre o associativismo juvenil e o sistema educativo, adoptando estratégias integradas para a formação dos jovens em pontos do processo educativo onde as organizações juvenis trazem uma clara mais-valia no desenvolvimento pessoal dos jovens.

Mas para isso é importante que se criem mais oportunidades de participação para os jovens. Os níveis de participação associativa no nosso país são claramente inferiores aos de outros países, nomeadamente europeus, pelo que é urgente criar mais condições para o desenvolvimento do associativismo, tanto para um aumento quantitativo do número de organizações, como para uma melhoria nas condições para o desenvolvimento de mais e melhores actividades, o que é sem dúvida fundamental por tudo o que foi dito até agora. Mas o tema deste Seminário é sem dúvida de grande amplitude e profundidade, sendo importante aprofundar a reflexão nesta área, pelo que com esta iniciativa não queremos fechar o debate da importância da Educação Não formal e o papel do associativismo no processo educativo, antes contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre o conceito global de educação.

Esperamos que todos sintam como nós que foi um passo positivo e instrutivo e espero que possamos voltar-nos a encontrar para continuar esta reflexão que aqui hoje iniciámos. Em nome do CNJ gostaria de terminar, transmitindo a todos que ajudaram à realização deste Seminário, a todas as pessoas e entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, o Conselho Nacional de Educação, o Banco Mello e os Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa e a todos vocês que nele participaram, os nossos sinceros agradecimentos. Obrigado.

Educação não formal

Boas práticas

JUVENTUDE é nome de programa

O novo programa comunitário na área da juventude entrou em vigor durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, a 18 de Maio de 2000. Dez anos passados do lançamento da política comunitária de cooperação na área da Juventude, e no seguimento dos programas Juventude para a Europa e Serviço Voluntário Europeu, que terminaram em 1999, o JUVENTUDE surge agora como o primeiro programa a integrar todas as actividades de cooperação em curso neste domínio. Esta visão integrada das iniciativas comunitárias ao nível da educação não formal pretende consolidar e reforçar os resultados alcançados até ao momento.

Este programa destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, oferecendo-lhes oportunidades de mobilidade e de participação activa na sociedade. O programa JUVENTUDE encontra-se estruturado nas seguintes 5 acções: acção 1 - Intercâmbios Juventude para a Europa; acção 2 - Serviço Voluntário Europeu; acção 3 - Iniciativas Jovens; acção 4 - Acções Conjuntas; acção 5 - Medidas de Apoio.

A acção Intercâmbios Juventude para a Europa oferece uma oportunidade de contacto e troca de experiências entre grupos de jovens de diferentes países e origens. Estas experiências adquiridas em contextos não formais de aprendizagem contribuem para o enriquecimento do processo educativo dos jovens envolvidos no intercâmbio. Num intercâmbio os temas e as actividades são decididos pelos jovens que, explorando temas comuns em países diferentes, aprendem a conhecer e a valorizar as respectivas culturas.

Por outro lado e numa perspectiva mais individual ao abrigo do Serviço Voluntário Europeu, um jovem pode passar até 12 meses no estrangeiro como voluntário europeu, trabalhando num projecto local, desenvolvendo projectos de natureza social ou nas áreas do ambiente e ecologia, arte e cultura, ou lazer e desporto. Enquanto voluntário, o jovem não terá custos de participação ou qualquer encargo com despesas de alojamento, alimentação, seguro ou viagem internacional, recebendo ainda um pequeno subsídio para gastos pessoais.

O JUVENTUDE prevê ainda a possibilidade de co-financiamento para projectos a nível local que permitam aos jovens entrar em contacto com questões actuais e pertinentes para a juventude europeia, tendo, desta forma, a oportunidade de desenvolver e expressar a sua criatividade e espírito de iniciativa.

A Acção 3 visa, igualmente, oferecer aos ex-voluntários europeus a possibilidade concreta de darem seguimento à experiência e às competências adquiridas durante o Serviço Voluntário Europeu (acção 2) através do desenvolvimento de um projecto Capital Futuro.

Tendo em consideração a necessidade de criar sinergias entre os domínios formal e não formal, foram criadas as Acções Conjuntas, comuns aos três novos programas, geridos a nível comunitário pela Direcção-Geral da Educação e Cultura. Esta acção reúne os programas dos domínios da educação (SÓCRATES) e formação profissional (LEONARDO DA VINCI) com o programa JUVENTUDE. Proporciona assistência às iniciativas que assentem na natureza complementar dos três programas e envolvam organismos com actividades nas áreas da educação, formação e juventude.

O JUVENTUDE é um programa educativo na medida em que as suas acções promovem e concretizam o princípio da educação não formal. Os esquemas de aprendizagem e suportes pedagógicos utilizados são vistos como uma alternativa criativa e inovadora, pois através da interacção pessoal os jovens podem participar na definição dos seus objectivos de aprendizagem e meios no sentido de reforçar a sua condição enquanto cidadãos activos.

Cada acção compreende um conjunto de desafios que estimulam um jovem a desenvolver as suas capacidades através da aquisição de competências sociais e valências pessoais. Este desafio assume um carácter diferente para cada jovem porque resulta de projectos originais, cada qual com uma construção e identidade próprias. Esta experiência formativa ainda que não esteja certificada, goza já de algum reconhecimento de natureza social pois incentiva a aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento de aptidões que promovem a empregabilidade e a cidadania activa.

O JUVENTUDE não está reservado apenas aos jovens com idade compreendida entre os 15 e os 25 anos. Destina-se também a todos aqueles que se interessam pelas questões da juventude e por jovens. Nesse sentido, e com vista a complementar as restantes acções do programa JUVENTUDE, foram criadas as Medidas de Apoio - acção 5. Aqui o objectivo é consolidar e reforçar os benefícios do programa, prosseguir e desenvolver as acções inovadoras a nível comunitário, e aumentar a sua qualidade, nomeadamente através do intercâmbio de *boas práticas* e da formação de animadores ou técnicos de juventude.

As medidas de apoio funcionam também como instrumentos de apoio às iniciativas de cooperação que contribuem para a concretização dos objectivos gerais do programa, para o reforço das políticas europeias de juventude, e incentivo a uma cooperação mais alargada com países terceiros.

Podem participar no programa os 15 Estados Membros da União Europeia, os 3 países EFTA membros do Espaço Económico Europeu, os 11 países candidatos à adesão e ainda Malta e Turquia.

O JUVENTUDE prevê ainda a possibilidade de desenvolver projectos nos países mediterrâneos, na Comunidade dos Estados Independentes, no Sudeste Europeu e na América Latina.

Com este novo programa foram introduzidas também novas regras de financiamento dos projectos: montantes fixos - *lump sums*. Esta abordagem permitiu introduzir um elemento de previsibilidade ao nível das receitas muito significativo, dotando a gestão do programa de critérios mais objectivos para a atribuição dos financiamentos.

Importa ainda referir que enquanto programa educativo que é o JUVENTUDE tem ainda a vantagem de criar condições para uma planificação atempada das iniciativas e projectos evitando períodos demasiado longos entre o prazo de candidatura e a realização do projecto. Tendo sido para o efeito criados cinco prazos de selecção ao longo do ano: 1 de Fevereiro; 1 de Abril; 1 de Junho; 1 de Setembro e 1 de Novembro.

A cada período de selecção corresponde uma data de início do projecto, que reporta a alguns meses após o prazo de selecção. Esta regra é extremamente importante pois permite assegurar uma avaliação mais cuidada das candidaturas e ao mesmo tempo uma planificação mais responsável tendo em consideração o ciclo de vida dos projectos e o formulário de candidatura enquanto ferramenta de trabalho e não mera ficha de inscrição para actividades.

Em Portugal, como nos outros Estados Membros, a gestão do programa é da responsabilidade de uma agência nacional. A Agência Nacional para o Programa JUVENTUDE em Portugal está sediada nos Serviços Centrais do Instituto Português da Juventude, em Lisboa, na Avenida da Liberdade nº 194, 6º, podendo ser contactada através do telefone 21 317 94 03 ou via e-mail: juventude@ipj.pt.



Juventude



Educação e Cultura



Instituto Português da Juventude



MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO